

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**NAIZA DIAS FERREIRA**

**A PROJEÇÃO DA AGRICULTURA CHINESA NA ÁFRICA E A RETÓRICA DA  
RELAÇÃO SINO-AFRICANA**

**MACAPÁ- AP**

**2018**

NAIZA DIAS FERREIRA

**A PROJEÇÃO DA AGRICULTURA CHINESA NA ÁFRICA E A RETÓRICA DA  
RELAÇÃO SINO-AFRICANA**

Trabalho apresentado no curso de Relações Internacionais como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Msc. Lourene Maffra

MACAPÁ- AP

2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe por sempre me apoiar e me amar imensamente e ao meu irmão João Paulo por ter me ajudado no processo de escolha do tema e por sempre me mostrar o quanto as relações internacionais podem ser incríveis.

Agradeço aos meus amigos que me incentivaram e me apoiaram nos momentos de ansiedade, em especial, ao meu amigo Eduardo e meu primo Marcelo que sempre estiveram comigo nos momentos difíceis.

Agradeço a cada um dos meus professores que de alguma forma contribuíram para a minha formação, e por último a minha orientadora Lourene Maffra que aceitou gentilmente me orientar.

## RESUMO

As reformas no sistema agrícola chinês possibilitaram que a China alcançasse altos índices de crescimento econômico e um contínuo processo de modernização a partir de 1980. Por meio de uma nova gestão na agricultura o país demonstrou que é possível alimentar a sua enorme população mesmo com poucos recursos naturais. Desse modo, a China se projeta na África com uma estratégia diferenciada dos países ocidentais e exporta seu modelo de desenvolvimento agrícola especialmente para aqueles países que demonstram maior índice de vulnerabilidade e deficiência em segurança alimentar, traduzindo-se em uma investida útil para ambas as partes. Todavia, consiste em uma relação com diferentes graus de ganhos mútuos. Portanto, este trabalho tem como objetivo geral discutir as estratégias de inserção da China no continente africano e, a partir de uma visão pós-colonialista, pode-se supor que a China em sua atual condição de potência econômica atue na África como um país neocolonialista.

**Palavras-chave:** China. África. Agricultura. Relação sino-africana. Pós-colonialismo.

## ABSTRACT

The Chinese Agricultural Reform has enabled China to achieve high rates of economic growth and a continuous modernization process since 1980. Through a new management in agriculture, the country has demonstrated that it is possible to feed its huge population even with few natural resources. Thus, China projects itself in Africa using a distinct strategy from Western countries and exports its agricultural development model especially to those countries that demonstrate a higher level of vulnerability and deficiency in food security, translating into a useful investment for both parties. However, it consists in relations with different degrees of mutual gains. Therefore, this work aims; in general, to discuss the strategies of Chinese insertion in the African continent and, from a postcolonial perspective, it's possible to assume that China in its current economic potency condition acts in Africa like a neocolonialist country.

**Keywords:** China. Africa. Agriculture. Sino-African Relations. Postcolonialism.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1. ASCENSÃO ECONÔMICA DA CHINA E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>8</b>
1.1 PROCESSO DE REFORMA E ABERTURA DA CHINA: A AGRICULTURA COMO PROTAGONISTA DO CRESCIMENTO CHINÊS A PARTIR DE 1978.....	8
1.2 DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO .....	14
1.3 COMO SUSTENTAR O CRESCIMENTO? DESAFIOS E NECESSIDADES .....	15
<b>2. O ENGAJAMENTO DA CHINA NA AGRICULTURA AFRICANA .....</b>	<b>18</b>
2.1 POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA A ÁFRICA E O CONTEXTO DA RELAÇÃO SINO-AFRICANA .....	18
<b>2.1.1 A Evolução da Relação Sino-Africana.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1.2 A Criação do FOCAC .....</b>	<b>23</b>
2.2 NARRATIVAS SOBRE A PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA .....	24
2.3 EM BUSCA DE TERRAS: ASSEGURANDO A SEGURANÇA ALIMENTAR?.....	26
2.4 PROJEÇÕES DA AGRICULTURA CHINESA NA ÁFRICA .....	31
<b>3. A RETÓRICA DA RELAÇÃO SINO-AFRICANA .....</b>	<b>38</b>
3.1 A CHINA NO CONTEXTO DOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS .....	38
3.2 A ESTRATÉGIA DIPLOMÁTICA DA CHINA PARA A ÁFRICA .....	42
3.3 A VISÃO CHINESA SOBRE A ÁFRICA .....	46
3.4 A VISÃO AFRICANA SOBRE A CHINA .....	47
3.5 A CHINA E O NEOCOLONIALISMO.....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

A produtividade da agricultura exerce um papel central no combate a fome. Nos países mais pobres como na África e no leste asiático, o desenvolvimento da produção agrícola é responsável por garantir a sobrevivência de inúmeras famílias (OECD/FAO, 2016). No cenário atual, existem muitas terras agricultáveis, porém, seu uso e fomento dependem de uma gestão eficiente que possa garantir a oferta e distribuição de alimentos.

A agricultura e segurança alimentar sempre foram temas críticos para os formuladores de política da China. A origem desse contexto pode ser entendida pelo fato de a China possuir um vasto território onde habitam uma das maiores populações do mundo em contraste com poucos recursos naturais, um número mínimo de terras para cultivo e pouca oferta de água limpa (MOYO, 2013). Desse modo, o controle e a gestão da agricultura sempre desempenharam uma força central nos rumos da sobrevivência da população chinesa (PLOGG, 2015).

Com base nestes pontos, alguns estudiosos chegaram a indagar-se de como a China garantiria a oferta de alimentos para um contingente populacional que só tenderia a crescer e como sobreviveriam com tão poucas terras para produção de alimentos sem recorrer ao cenário externo? A segurança alimentar e o desenvolvimento da agricultura eram uma preocupação frequente dos líderes que assumiam o controle do país (MOA, 2017). A escassez de alimentos representava uma poderosa fonte de instabilidade social para uma população com o quantitativo elevado (AZEVEDO, 2015). Mas em razão de suas estratégias de crescimento, a autossuficiência tornou-se uma realidade para os chineses.

Os atores chineses acreditam que sua experiência de desenvolvimento pode ser compartilhada para outros lugares como na África. Dessa forma, a China exporta a um modelo agrícola com o intuito de ajudar os países em desenvolvimento a saírem da pobreza. Entretanto, existem autores e debates na mídia que apontam que o envolvimento chinês na África é marcado por os altos investimentos em obras de infraestrutura, empréstimos bilionários, emprego de mão de obra, estabelecimento de bancos de investimentos e empresas estrangeiras e por isso caracterizam rumores de uma estratégia muito mais avançada do que somente ajuda internacional.

A presença da China na África é um tema que envolve diversas dimensões, por isso, é de suma importância salientar que existem muitas opiniões a esse respeito, pois, de certa forma a mídia internacional e os formuladores de política exercem um papel fundamental na hora de moldar perspectivas a respeito da relação sino-africana. Mas, sobretudo, é fundamental se ter em mente que a China em sua atual magnitude econômica e continental possui a responsabilidade de uma potência mundial. Somando-se a uma visão de superioridade por ser pertencente a uma cultura milenar, não poupa esforços para cumprir os objetivos de uma nação que pensa a longo prazo.

Este trabalho busca responder a seguinte questão: de que forma a China projeta seu modelo de agricultura nos países do continente africano e como se desdobra a relação sino-africana no âmbito diplomático para permitir tal projeção? A forma como tal projeção ocorre, implica entender quais as estratégias de inserção da China no continente africano, assim, o objetivo geral completa-se em discutir tais estratégias e também analisar o contexto da relação entre a China e a África no cenário internacional de um ponto de vista pós-colonial por meio da análise de discursos de atores chineses e africanos.

Para alcançar os objetivos da pesquisa e discutir o contexto da relação sino-africana, bem com as perspectivas do envolvimento chinês, foram consultados artigos, periódicos, livros, relatórios de instituições internacionais como do Banco Mundial e da FAO, além de notícias que tratam acerca do tema. E como principal ferramenta deste trabalho foram analisadas pesquisas de campo de estudiosos como Deborah Brautigam e Ingrid Sekman que estiveram presentes na África para verificar os empreendimentos chineses no âmbito agrícola, além de trabalhos específicos de pesquisadores que discutem sobre as narrativas em torno do assunto.

O primeiro capítulo demonstra os avanços da China para superar a pobreza e as causas do crescimento chinês. Este capítulo evidencia o quanto a política agrícola é importante para o desempenho da China no âmbito doméstico, pois o Partido Comunista Chinês (PCC) com seu caráter centralizador realizou as reformas na agricultura sem perder de vista o princípio da ordem, além garantir o apoio da população para a manutenção de poder. Por isso, a agricultura além de ser a força motriz do crescimento econômico, também é importante para a gestão de quem exerce o poder na China.

O segundo capítulo contribui com tópicos chave, pois apresenta uma análise da política externa chinesa direcionada para a África, no qual a China sempre perseguiu o desejo de tornar uma liderança internacional e por isso utiliza o apoio dos países africanos para alcançar um status de grande poder. Além disso, apresenta as narrativas existentes sobre o engajamento da China na agricultura africana. Analisa sobre os rumores existentes de que os chineses utilizam o solo africano para cultivar alimentos para enviar para o próprio país. E finalmente discute como a China projeta seu modelo de agricultura para a África. Neste trabalho, quando é mencionado “modelo de agricultura” não abrange somente técnicas de cultivo entre outras práticas de produção, mas também está associada à gestão, administração, que envolve acordos e compromissos.

O terceiro capítulo analisa a retórica da relação sino-africana, no qual o contexto que ambas as nações estão inseridas no sistema internacional também é discutido por uma perspectiva pós-colonial. Este capítulo tem muita importância para entender como os atores chineses envolvem os líderes africanos em seus discursos e o que os diferencia dos atores tradicionais. Questiona-se o enquadramento da relação sino-africana, na qual é empregado pela China como relação sul-sul, ou seja, entre países em desenvolvimento. Examinando as práticas chinesas no continente africano a partir um enquadramento de que a China exerça uma política neocolonialista, é possível observar as semelhanças com as práticas imperialistas do século XIX, além de que, o imperialismo moderno incorpora novas formas e a China não se distancia destas.

## **1. ASCENSÃO ECONÔMICA DA CHINA E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO**

Durante muitos anos a China foi considerada um país totalmente agrário, onde as medidas para combater a falta de alimentos eram recorrentes. No passado, os períodos de fome condicionaram o país a ser um território frágil, o que possibilitou que os invasores da Manchúria vencessem a Dinastia Ming em 1644 (BRAUTIGAM, 2015).

Entretanto, após anos de crescimento a China conquistou seu espaço no mundo contemporâneo e continua logrando mais conquistas sociais e econômicas. Entre 1978 e 2014 sua renda per capita aumentou 16 vezes, o país cresceu em média 6,9% em 2017, cerca de 850 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza, mais da metade da população vive nas cidades e atualmente pode ser considerada a segunda maior economia do mundo (WORD BANK, 2018).

Este capítulo tem como objetivo abordar as razões do crescimento chinês e suas possíveis consequências para o futuro do desenvolvimento interno da China. O primeiro tópico analisa as características do processo de abertura e reformas ocorridas na China com ênfase na transformação da política agrícola com a chegada de Deng Xiaoping ao poder. O segundo tópico tem o intuito de descrever brevemente o processo de industrialização e urbanização que tiveram um papel importante na mudança da dieta da população. E por último, o terceiro tópico analisa as consequências da industrialização e do crescimento acelerado e coloca em questão se a China tem condições de continuar sustentando o seu próprio desenvolvimento.

### **1.1 PROCESSO DE REFORMA E ABERTURA DA CHINA: A AGRICULTURA COMO PROTAGONISTA DO CRESCIMENTO CHINÊS A PARTIR DE 1978**

O crescimento econômico da China a partir das reformas de 1978 certamente teve como força motriz a abertura ao capital estrangeiro, bem como o fomento a indústria. No entanto, o verdadeiro protagonista foi o desempenho do setor rural (TRIGO, 2007; DAMAS, 2014), pois foram as reformas na política agrícola e o incentivo a produção que desencadearam as outras áreas do crescimento.

Durante a era de Mao Tsé-Tung as bases para o planejamento da economia chinesa correspondiam à interpretação dos ideais marxistas e das experiências da União Soviética<sup>1</sup>. Em 1958, para não ficar para trás em relação aos outros países, Mao abandonou a estratégia de crescimento gradual e com o intuito de acelerar a produtividade do setor rural implantou o programa “O Grande Salto à Frente”, que consistia na coletivização das terras e na transferência de força de trabalho do campo para a zona rural. Entretanto, a rápida industrialização da agricultura desarticulou a economia agrícola chinesa e causou a falta generalizada de alimentos, resultando na morte de milhões de pessoas (AZEVEDO, 2015).

Ainda que seja difícil situar a trágica situação causada pela grande fome, Chang-Sheng (2004) estima que a produção de grãos nas aldeias caiu drasticamente, enquanto em 1957 havia 205 quilos de grãos por pessoas, em 1961 a média era de 154 quilos e a expectativa de vida era de 9,7 anos. Chang-Sheng (2004) também afirma que na época houve mortes em diversas aldeias, algumas delas se tornaram fantasmas, além de práticas de roubo e venda de mulheres para conseguir alimento

Com a morte de Mao em 1976, o novo líder chinês Xiaoping iniciou uma série de reformas econômicas que contribuiriam para o crescimento da China, seu governo era baseado em princípios mais próximos do marxismo clássico. Segundo Damas (2014, p. 76) “A essência do pensamento de Deng e seu objetivo primordial era a melhoria do bem-estar social da população por meio do desenvolvimento das forças de produção da economia”. Além de um arranjo reformista como a ordem e a estabilidade, estas estavam atreladas a ideia de manutenção da ditadura democrática e da própria ideologia do Partido Comunista Chinês (PCC).

O modelo implantado por Deng Xiaoping privilegiava uma reforma incremental e gradualista, que atendesse primeiramente as necessidades internas como o acúmulo de forças de produção e mecanismos de incentivo. Então, foi adotada em 1978 a política das quatro modernizações que tinham ênfase na agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas (VISENTINI, 2011). Os reformistas optaram por implantar as reformas começando pelo setor rural para que as empresas familiares e os indivíduos pudessem atuar de maneira empreendedora para atender às necessidades do mercado (DAMAS, 2014). Lyrio (2010) destaca que o êxito do crescimento chinês em apenas três décadas foi efeito do estilo de

---

<sup>1</sup> Tratava-se da adoção de planos quinquenais e o estabelecimento de uma economia de planejamento central que seguiam a seguinte ordem: estabelecimento de forças de produção (capital e mão de obra); relações de produção (propriedade controle e incentivo); superestrutura (ideologia, política e cultura) (DAMAS, 2014, pg. 14).

reformas sempre tentativo e de resultado acumulativo, a transição da economia reduziu a centralidade do campo e fomentou o processo de industrialização.

Maddson (2007) argumenta que houve diversas razões para que o regime reformista de Deng Xiaoping concedesse prioridade à reforma agrária; primeiro que o PCC estava comprometido com uma sociedade mais igualitária e com a abolição de classes; segundo que a apropriação do excedente da produção foi fundamental como fonte de financiamento; terceiro que nas áreas dominantes pelo partido a reforma agrária se mostrou ser relevante para a legitimação e apoio em massa. Naughton (2008) citado por Damas (2014, p.78) observa um sistema político centralizador exercido pelo PCC, na qual seus líderes concedem benefícios aos seus seguidores e apoiadores, tais de forma material, com posições, influências decisórias e promoções hierárquicas dentro do partido, dessa forma garantindo o equilíbrio.

As comunas criadas ainda na época do “Grande Salto à Frente” (1958-1960) que consistiam em uma convivência coletiva de inúmeras famílias (MADDSON, 2007), em 1984 foram substituídas pelo sistema de responsabilidade familiar, que funcionavam por meio da propriedade coletiva da terra; cada família tinha o direito de fazer uso das terras e entregar parte da produção ao governo de acordo com as quotas estabelecidas, e o excedente podia ser vendido no mercado local (DAMAS, 2014). Esse sistema possibilitou o crescimento da economia agrícola chinesa, pois a produtividade do campo mostrava-se além do esperado (AZEVEDO, 2015). E de fato, Ploeg (2015) realça que a agricultura camponesa da China é intensiva e eficiente, pois aproveita os recursos disponíveis para produzir o máximo possível.

Nesse ritmo, os resultados das mudanças como afirma Holdaway (2015) ocasionaram um volume considerável de variedades de alimentos e ao mesmo tempo, a produção se tornou mais especializada e concentrada de acordo com cada região. De modo geral, houve uma transformação da agropecuária mista para monoculturas e para criação de gado (HOLDAWAY).

Damas (2014) argumenta que a estratégia de crescimento baseada no empreendedorismo na zona rural possibilitou que parte da população agrícola se empenhasse em outras atividades, o que deu impulso para o nascimento de empresas coletivas denominadas de *Townships and Village Enterprise* (TVE's)<sup>2</sup>. Estas eram controladas por

---

<sup>2</sup> Espécie de sedes administrativas de pequenas regiões, aglomerados populacionais menores que uma cidade, gerenciados por comitês, em suma, grupos produtivos agenciados por líderes rurais que mantinham contato com o governo. (MASIERO, 2006).

meio da interação cada qual com os seus governos locais através de contratos de responsabilidade da produção agrícola. As TVE's cresceram de maneira exponencial nesse período e rendeu a China de 1978 a 2001 um aumento do PIB per capita de 8,1% ao ano (MASIERO, 2006).

Apesar dos contratos de responsabilidade, as TVE's com o aumento dos excedentes de produção foram adquirindo certa autonomia. E os resultados desse processo deram origem a uma nova classe empreendedora, como explica Masiero (2006):

(...) unidades familiares se especializaram na comercialização e industrialização de insumos agrícolas. Passaram a comprar, vender e alugar equipamentos para a produção de bens e serviços que não estavam facilmente disponíveis aos produtores rurais. Outras unidades se especializaram na criação de galinhas, porcos, transportes, assistência técnica, sistema de irrigação e controle de pragas etc. Através de atividades comerciais e industriais, muitas delas, com o passar dos anos, acumularam montantes de capitais sensivelmente superiores às demais famílias. (MASIERO, 2006, p. 430).

Diante disso, fica claro que o fomento a agricultura e o arranjo da estrutura organizacional das TVE's geraram bons frutos ao capital chinês. Assim, concretizava um dos principais objetivos da política de Deng, que nada mais era do que o acúmulo de forças internas, que logo viabilizavam a abertura do país para o exterior.

A liberalização do comércio exterior foi considerada uma das medidas mais importantes da política reformista de Deng, até então cabia às empresas públicas ou estatais o planejamento das regras do comércio exterior, de início as tarifas aduaneiras eram bastante elevadas e com o passar dos anos foi diminuindo. A abertura das fronteiras ao capital estrangeiro compreendia a necessidade do país em acumular capital e absorver tecnologia de outros países (DAMAS, 2014).

Apesar de a China ser abundante em mão de obra, era escassa em capital e tecnologia. Para desenvolver novas vantagens e concorrer no comércio internacional foram implantadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE's). Com isso, permitiu-se o assentamento de empresas estrangeiras e atração de capital e tecnologia. De acordo com Nonnenberg (2010), o sucesso das áreas disponíveis para investimentos resultou no aumento de zonas especiais que se expandiram para o litoral. E além da criação das ZEE's, a adoção de uma política cambial de desvalorização e manutenção foi essencial para o aumento das exportações; que entre 1984 e

1995 cresceram 17% ao ano, com um montante de US\$ 27 bilhões para US\$ 148,8 bilhões, e entre 1990 e 2001 as exportações atingiram US\$ 266 bilhões (GUIMARÃES, 2011).

Em relação a vasta mão de obra em excedente na zona rural, houve deslocamento de parte da população para as zonas urbanas para se dedicarem a atividades relacionadas à indústria. Segundo Nonnenberg (2010), entre 1978 e 2006 o número de trabalhadores nas áreas urbanas saltou de 95 milhões para 283 milhões, nesse período houve certa produtividade e crescimento médio dos salários. Diante desse contexto, é importante ressaltar que abundância de mão de obra barata e qualificada da zona rural possibilitou a aceleração do crescimento por conta do rendimento e do aumento das poupanças das famílias (GUIMARÃES, 2011).

Nessa perspectiva, como é possível observar nas tabelas 1, a respeito do resultado das reformas, a larga transferência de mão de obra da zona rural para a zona urbana influenciou diretamente nos índices de crescimento como da produtividade do trabalho, entre 1952 e 1978 o percentual era de 1,78 e aumentou para 5,85 entre 1978 e 2003. A realocação da mão de obra também para as áreas industriais possibilitou maior eficiência na aplicação de capital, nesse sentido a produtividade do capital entre 1952 e 1978 era de -3,09 e aumentou para 0,11 entre 1978 e 2003.

**Tabela 1 – Índices do Crescimento Chinês, 1978-2003 (crescimento médio anual).**

	<b>1952 - 1978</b>	<b>1978 - 2003</b>
População	2,02	1,20
PIB	4,39	7,85
PIB per capita	2,33	6,57
Insumo – trabalho	2,57	1,89
Insumo Capital	7,72	7,73
Produtividade do trabalho	1,78	5,85
Produtividade do capital	-3,09	0,11
Produtividade total dos fatores (PTF)	- 1,37	2,95

Fonte: Maddison (2007, p.68).

**Tabela 2 – Indicadores de crescimento por setor, 1952 – 2003 (crescimento médio anual).**

	<b>1952 - 1978</b>	<b>1978 - 2003</b>
PIB agricultura	2,20	4,52
Emprego agricultura	2,02	0,51
Produtividade do trabalho – agricultura	0,17	3,99
PIB indústria e construção	9,76	9,76
Emprego indústria e construção	5,84	2,83
Produtividade do trabalho – indústria e construção	3,70	6,74
PIB serviços	4,18	7,60
Emprego serviços	3,20	3,65
Produtividade do trabalho – serviços	0,96	3,81
PIB	4,39	7,85
Emprego – Insumo trabalho	2,52	1,89
Produtividade agregada do trabalho	1,78	5,85

Fonte: Maddison (2007, p.70).

Avaliando a fase pós-reformas, a agricultura aumentou sua participação na composição do PIB (tabela 2) saltando de 2,20 para 4,52. Nessa mesma lógica, com os incentivos à produção a produtividade do trabalho saltou de 0,17 para 3,99 e a produtividade agregada ao trabalho também teve aumento de 1,78 aumentou para 5,85.

Segundo Maddison (2007), no período pré-reforma o maior volume de investimento foi feito pelo Estado, já no período de reforma, uma proporção de investimento foi financiada pela poupança das famílias e pelo investimento estrangeiro. Isso ocorreu graças ao sistema de responsabilidade familiar que permitia aos governos locais cobrar impostos que depois seriam reinvestidos no setor industrial (TRIGO, 2007).

O sistema de formação de preços a partir da produtividade rural, como aponta Damas (2014), tinha uma das falhas existentes de uma economia central planificada, como era do período de Mao Tsé-Tung. Um sistema de preços que apenas servia como instrumento contábil e não como um mecanismo que refletisse a realidade das leis de oferta e demanda. Com a reforma da política agrícola, os preços foram liberalizados, o que refletiu nos índices de emprego e renda (NONNENBERG, 2010).

Portanto, como afirma Nonnenberg (2010), a política macroeconômica colaborou de forma significativa para o crescimento da economia chinesa e os fatores podem ser divididos

em: sistema de formação de preços a partir da produtividade rural; liberalização do comércio exterior; criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's); existência de mão de obra rural; grande contingente populacional para a indústria; políticas de incentivo a ciência e tecnologia. Cada fator contribuiu de forma equilibrada para a elevação da economia de modo que a agricultura de início foi priorizada e partir desta os fatores restantes puderam se instaurar.

Por fim, as propostas implantadas pelo líder Xiaoping na política agrícola que consistiam na centralidade e o controle sobre a produção geraram aumentos significativos comparados à era Mao, as quais foram aplicadas medidas para a rápida industrialização em uma economia ainda prematura e em fase de construção.

## 1.2 DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

O sucesso das TVE's e os altos índices de crescimento e produtividade nas zonas rurais provocaram o estímulo à industrialização e conseqüentemente o impulso a urbanização. Dessa forma, os índices de consumo e as dietas também passaram a se modificar de acordo com cada setor.

Leite (2005) aponta que apesar das reformas terem desencadeado bom crescimento, também gerou um número grande de pessoas desempregadas, por esse motivo, a pobreza em algumas áreas da zona rural fez com que muitas famílias migrassem para os centros urbanos.

Em contraste, com a eliminação de restrições à produção, a iniciativa privada desencadeou a proliferação de várias empresas no setor alimentício. Entre 1984 e 1985 surgiram em Pequim cerca de 560 empresas coletivas e 520 fábricas particulares de alimentos (LIU, 2010 apud HOLDAWAY, 2015). A maioria destas eram de alimentos processados e não somente voltadas para a demanda interna, mas também para exportação.

Guoying (2004) indica que na época as ligações entre a produção agrícola e o mercado internacional se tornavam cada vez mais profundas, formando assim um grande número de bases de produção de bens agrícolas para exportação.

De acordo com Azevedo (2015), o processo de urbanização não foi consequência apenas da migração do campo para a cidade, mas existia também outro fator fundamental que foi a redefinição do perímetro urbano, o qual era determinado pelo crescimento populacional. Sendo assim, tal processo influenciou diretamente na redução de terras agricultáveis próximo das zonas urbanas.

Portanto, Azevedo (2015) considera que três fatores influenciavam na produção doméstica: crescimento populacional, redução das áreas plantadas e o aumento do poder aquisitivo das pessoas que passam a diversificar a dieta. A vista disso é importante notar, o quanto o controle sobre tais fatores era essencial para que não houvesse a falta de alimentos, mesmo que o ritmo acelerado de crescimento e produção tenha possibilitado inclusive exportar produtos agrícolas.

### 1.3 COMO SUSTENTAR O CRESCIMENTO? DESAFIOS E NECESSIDADES

Ao avaliar a China pela ótica de suas condições geográficas associadas ao seu estágio de grande potência do século XXI, é desafiante pensar nas condições das bases de sustentação de seu crescimento e estabilidade. Avaliando os tópicos anteriores, a política agrícola provou ser eficiente e douradora, ao contrário do que pensou Lester Brown que no início de 1990, escreveu um ensaio chamado “Quem vai alimentar a China? ”, Ploeg (2015) afirma que o sistema agrícola chinês funcionara de forma satisfatória alimentando com êxito toda a população até então. No entanto, é preciso admitir que apesar de a China ter atingido altos padrões de desenvolvimento, acarretou um grave custo para o meio ambiente pondo em risco a sustentabilidade dos seus recursos naturais (WORD BANK, 2018).

Segundo Lyrio (2010), a maior população do planeta enfrenta o desafio permanente de sobreviver em um território com baixa proporção de terras agricultáveis, onde apesar dos números de crescimento econômico terem se multiplicado, gerou novos desafios. Por conseguinte, entre tais desafios, um deles é equilibrar o aumento da industrialização com o crescimento populacional. De acordo com Ying (2004) o desenvolvimento da indústria chinesa não é equilibrado e por possuir muitas regiões, a curva do desenvolvimento possui um formato comparado a uma escada, na qual as disparidades regionais são extensas.

Entretanto, os efeitos da industrialização no meio ambiente são consequências das políticas anteriores do governo, Ying (2004) destaca que antes das reformas a RPC era eficiente em relação à atenção dada ao meio ambiente, porém, com o intuito de crescer e recuperar a economia, tal questão foi deixada de lado. Hoje a poluição e a degradação do solo, bem como o controle da agricultura são uma das questões mais relevantes para o governo chinês.

A sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento verde são princípios fundamentais do 13º plano quinquenal, entretanto, o seu cumprimento exige uma mudança profunda das

práticas atuais, pois as metas ambientais e os custos associados carecem de um modelo técnico, institucional e financeiro. De acordo com o Banco Mundial (2018) apenas 11 das 74 cidades chinesas cumprem os padrões nacionais de qualidade do ar, 30% dos principais rios estão poluídos, e 20% das terras agrícolas, 35% das terras industriais e 33% das áreas de mineração estão contaminadas, o que implica diretamente na segurança alimentar, pois afetam o solo, a qualidade da água (subterrânea), poluição e a saúde pública de um modo geral por exposição direta.

A questão é que uma mudança das práticas atuais, mais precisamente no ramo industrial implicaria um reajuste de toda uma cadeia produtiva. O modelo para atender aos padrões ambientais e no que tange a sobrevivência obrigaria muitas empresas a mudarem suas políticas. Embora, as cidades da China estejam passando por uma mudança na estrutura econômica, da manufatura tradicional para serviços de manufatura intensiva de habilidades ligada a expansão urbana como tentativa de afastar as indústrias das contaminações (WORLD BANK, 2018), o solo ainda continua comprometido, mesmo após tentativas de descontaminação, o resultado seria perdido.

Em relação à agricultura, segundo o site do Ministério da Agricultura Chinesa (MOA), no documento nº 1 da China, este que corresponde às prioridades políticas adotadas pelo governo a cada ano, por quatorze anos priorizou a atenção ao setor agrícola. No ano correspondente a 2017, o documento informa que os principais problemas enfrentados pela agricultura chinesa são estruturais e devem seguir o padrão de um desenvolvimento verde nos próximos anos, contudo a proposta de uma reforma estrutural deve levar em conta a segurança nacional de grãos. Tendo em vista que a demanda doméstica na China sustenta a maior parte dos atuais fluxos globais por *commodities*, uma desaceleração na demanda chinesa afetaria diversos mercados e parceiros comerciais (OECD, 2017).

Contudo, este capítulo demonstrou que as reformas empenhadas por Deng Xiaoping em 1978 seguiram o direcionamento para o estabelecimento de uma economia de mercado e alcançaram resultados satisfatórios. De acordo com Visentini (2011), a China lançou um modelo de desenvolvimento complexo e dinâmico que alterou não apenas sua condição interna, mas também teve impacto nas relações econômicas e geopolíticas. Entretanto, o rápido desenvolvimento condicionou o país a pensar mais ainda relação ao controle da agricultura e de seus recursos naturais, o que lança dúvidas a respeito de sua segurança alimentar e garantia da oferta de grãos.

Em função dos desafios cada vez mais evidentes de sustentar um desenvolvimento acelerado, nos últimos tempos, a China tem investido cada vez mais em outros países para suprir a demanda por *commodities*. Dessa forma, desde o começo dos anos 2000, a China tem voltado sua atenção para o continente africano, tal fato tem levantado suspeitas a respeito de uma inserção associada à procura de terras férteis e matérias primas para garantir o controle de suprimentos para a população chinesa. É nesse sentido que o capítulo a seguir tem o intuito de examinar as possibilidades de tais suspeitas que circulam nos ambientes midiáticos e debates internacionais.

## 2. O ENGAJAMENTO DA CHINA NA AGRICULTURA AFRICANA

O envolvimento chinês na dinâmica da agricultura africana e o incentivo ao desenvolvimento têm gerado diversos debates acerca dos interesses da China na África. Os compromissos agrícolas chineses estão redefinindo os arranjos da ajuda internacional, na medida em que, passa de um paradigma de assistência ao desenvolvimento para um de cooperação para o desenvolvimento misturada com investimento (BUCKLEY, 2013). Portanto, não são claramente definidos os reais interesses por trás dos inúmeros projetos de assistência econômica, investimentos chineses e arrendamentos de terras, tornando essa questão um campo para múltiplas indagações.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo discutir o engajamento da China na África no âmbito da agricultura explorando as suas estratégias de inserção, bem como as narrativas acerca do tema.

O primeiro tópico tem a intenção de avaliar o perfil da política externa da China para África com a finalidade de compreender seus aspectos centrais e avaliar a partir de quando a África passou a ser importante para China. O segundo tópico tem o intuito central de nortear o leitor a respeito das narrativas existentes sobre a presença chinesa na África. O terceiro tópico busca compreender a questão da busca por terras africanas, na qual há rumores existentes que indicam que a China explora o solo africano para demandas alimentícias de sua população. E o quarto tópico tem o intuito de discutir a respeito de como a China finalmente projeta seu modelo de agricultura na África.

### 2.1 POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA A ÁFRICA E O CONTEXTO DA RELAÇÃO SINO-AFRICANA

A República Popular da China (RPC) configura sua política externa em função de princípios internos semeados no plano doméstico. É importante notar que a concepção de superioridade, estratificação social, relações unidirecionais de poder e hierarquia são as bases para conquistar um lugar de destaque no plano internacional e retomar ao status de “império

do meio”<sup>3</sup> (MENDES, 2017). Dessa forma não poupa esforços para conquistar novos campos de influência, pois a China como nação se apoia no desejo de centralidade, autonomia e poder de ação no sistema internacional (KIRBY, 1995 apud TAYLOR, 2006).

É fundamental entender que os líderes chineses focam seus esforços na promoção do desenvolvimento econômico e manutenção da estabilidade política e social do país (MENEZES, 2013). E são estes dois aspectos que orientam toda e qualquer ação que a China exerça no plano internacional. Portanto, é indispensável ressaltar que como parte do interesse nacional chinês, a procura por recursos naturais torna a política externa mais arrojada (MENDES, 2017). Pois, atualmente o país é um grande consumidor de petróleo e de outras *commodities* (BBC NEWS, 2015).

Visentini (2011) defende a hipótese de que Pequim inaugura uma nova fase da política mundial e para abrir caminho para seu próprio sucesso pretende transformar o próprio sistema internacional. E para isso articula estratégias ambiciosas para projeção de poder tendo como principal objetivo conquistar novas áreas de influência longe do domínio ocidental, então, uma das táticas é estabelecer relações com a periferia em desenvolvimento, particularmente com a África (VISENTINI, 2011).

Wu (2008) e Taylor (2006) afirmam que o mundo em desenvolvimento é uma área interessante para a China projetar sua política externa, pois através disso Pequim pode tornar-se verdadeiramente uma figura global e com poder de barganha em relação às potências mundiais. Nesse sentido, Moyo (2012) argumenta que como peça-chave da estratégia de desenvolvimento chinesa é a utilização do *soft power*. Por isso, Taylor (2006, p.9) discute que a retórica é um elemento crucial da política para a África, na qual “‘*anti-hegemonism’ and appeals to sovereignty and non-interference are routinely deployed as central planks of China’s foreign policy.*”. Tais aspectos são pertinentes para os líderes dos países africanos, pois é inegável a magnitude do poder da China nos últimos anos.

No plano diplomático a RPC reitera que na condição de países em desenvolvimento a China e a África possuem interesses em comum. Logo, o fortalecimento da solidariedade com

---

<sup>3</sup> Os elementos históricos são importantes no contexto de tomada de decisão da política externa chinesa, os principais são a vitória da Grã-Bretanha na Guerra do ópio em 1840 e a assinatura do tratado de Nanquim em 1842, que abriam precedentes para ocupação europeia em território chinês. De acordo com Mendes (2017), os tratados que regem essa ocupação são considerados inválidos e são reavivados na memória do povo chinês como o “século de humilhações”, pois foi um momento que manchou a história da civilização chinesa.

os países africanos sempre foi um componente importante da política externa independente e de paz da China, o que consolida uma parceria estratégica e o estreitamento de laços de amizade (*People's Daily Online*, 2006). Os princípios e objetivos gerais da política africana da China são: a) Sinceridade, amizade e igualdade; b) Benefício mútuo, reciprocidade e prosperidade comum; c) Apoio mútuo e coordenação estreita; d) Aprender uns com os outros e buscar desenvolvimento comum (*People's Daily Online*, 2006).

A China é uma nação ambiciosa quando se trata de assegurar sua sobrevivência. Por isso, como afirma Mendes (2017), articula esforços disponíveis de acordo com a capacidade do Estado para garantir estabilidade, segurança e principalmente para não reviver o “século de humilhações”. Portanto, o nacionalismo sempre busca raízes históricas como um combustível para a prosperidade. Li (2012) considera que o destino da China está relacionado com a retomada de uma grande civilização, não se trata de reprodução do sucesso americano e nem comparação, se trata de renascimento, crescimento e capacidade para influenciar outras nações.

Analisando a trajetória de desenvolvimento chinesa que alcança níveis cada vez maiores em termos econômicos, Cintra e Pinto (2017) afirmam que o percurso ainda se encontra em processo de construção e aprendizado, com avanços e recuos, tornando possível uma estratégia nacional inserida nos planos regional e global, cujo objetivo é tornar a China um país rico e poderoso. Por isso, as terras africanas são como um celeiro de oportunidades para os investimentos chineses, além do mais, ambos os países possuem claras manifestações históricas que são as bases das relações tradicionais sino-africanas.

### 2.1.1 A Evolução da Relação Sino-Africana

Em uma análise cronológica, a política chinesa para a África sempre esteve ligada às mudanças da política internacional, onde o estabelecimento de relações com os países africanos era útil à estratégia diplomática da China para firmar sua posição frente às hegemonias no sistema internacional. De acordo com Menezes (2013) a política externa da China para a África se divide em duas fases principais: a primeira corresponde a motivações ideológicas e políticas, no período da liderança de Mao Tsé-Tung de 1949 até 1970; e a segunda corresponde ao início de 1980 sob a liderança de Deng Xiaoping, a partir da qual se desenvolve uma política voltada para o pragmatismo político e econômico.

Na década de 1950, o cenário internacional apresentava-se desfavorável a China por conta de políticas restritivas impostas pelos países ocidentais, especialmente os Estados Unidos, na época apenas existiam como parceiros alguns países socialistas da Europa e da Ásia. Hong-Ming (2004) argumenta que essa circunstância estimulou a aproximação da China com os países Africanos. Wu (2008) considera que as primeiras interações entre a China e a África no âmbito diplomático ocorreram na conferência de Bandung em 1955<sup>4</sup>, evento de extrema importância para as relações sino-africanas, pois nesse contexto o premier Zhou Enlai apresentou os cinco princípios de coexistência pacífica que norteiam as relações chinesas com os outros países: Respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; Não agressão mútua; Não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados; Igualdade; Benefício mútuo. A motivação da conferência para a China era demonstrar apoio ao processo de descolonização e aumentar a cooperação econômica entre ambos os continentes.

Entre as décadas de 1960 e 1970, apesar do rápido estabelecimento de relações de cooperação econômica, como em 1963 quando o premier chinês Zhou Enlai proclamou os oito princípios de Assistência Econômica para orientar o envolvimento da China com os países africanos, o interesse comercial na África continuava em segundo plano. Em primeiro estavam os objetivos políticos, e aproveitando-se do contexto dos movimentos de libertação, a China reforçava seu apoio aos países não alinhados com uma política contra o imperialismo e o intervencionismo das duas potências da época – Estados Unidos e União Soviética. Nessa perspectiva, Wu (2008, p.3) aponta que “*On the ideological level, China seemed to support any revolutionary movement against imperialism (...) On the political level, the primary motivation was to compete with Taiwan and then get African to support the PRC in international recognition (...)*”. Alguns países ocidentais reconheciam a presença de Taiwan por isso era de suma importância conquistar a influência de países para o reconhecimento da RPC.

A partir de 1970, o principal objetivo do governo chinês era combater a presença soviética em suas esferas de influência (HONG-MING, 2004), para isso remodelou sua política estrangeira de duas formas; primeiro se reaproximou dos países ocidentais, incluindo os Estados Unidos; e paralelamente propôs aos países de terceiro mundo, principalmente aos africanos, estabelecer uma frente contra a hegemonia, especificamente a União Soviética. No

---

<sup>4</sup> Foi um evento importante para os países do sul-global em geral que buscavam autonomia por meio de outras alternativas no sistema pós-guerra fria, dessa forma a conferência de Bandung foi uma espécie de associação de países jovens que compartilhavam identidades e um passado em comum na política mundial (AYLÓN, 2014).

mesmo período, o apoio dos países africanos demonstrou ser fundamental para a ascensão política de Pequim no cenário internacional, uma vez que, a República Popular da China finalmente foi aceita nas Nações Unidas graças ao grupo dos países africanos que representavam um terço dos votos (MENEZES, 2013). Por efeito, tal acontecimento elevou o nível das relações sino-africanas, aumentando o número de países a ter relações diplomáticas com a China.

Na segunda fase da política externa da China para a África, a RPC redefiniu suas diretrizes para uma estratégia diplomática de independência e autonomia, em virtude das reformas modernistas de 1978, o intuito era ascender pacificamente arquetando o quadro internacional para a abertura econômica para o exterior. Dessa forma, as relações de cooperação econômica com a África foram delineadas não mais como “ajuda governamental”, mas redefinidas com o incremento da “igualdade em ganhos mútuos”. Wu (2008) afirma que não era mais conveniente para a China ser apenas um ator influente no continente africano, pois esta estava ansiosa para desenvolver sua própria capacidade econômica. Além do mais, a RPC voltava sua atenção aos seus interesses internos e a sua própria condição de país em desenvolvimento.

O período de 1980 foi uma década de reformulação e intensificação das relações sino-africanas. Inaugurava-se um novo paradigma determinado pela cooperação econômico-comercial em decorrência de alguns fatos: o evento na Praça Tiananmen em 1989; o interesse crescente da China no desenvolvimento de parcerias para aproveitar os recursos africanos; a confiança de Pequim além da Ásia (LANTEIGNE, 2009 apud MENEZES, 2013). Autores como Taylor (2009), Visentini (2011) e Damas (2014) sustentam que em especial, o evento da praça da paz celestial em 1989, foi o momento de decadência das relações da China com o ocidente, pois a enorme repercussão gerou uma profunda repressão por todos os países, exceto pelos parceiros africanos. Como resultado, a RPC sentiu um impacto expressivo politicamente e economicamente, como aponta Damas:

O massacre de 4 de julho e a imposição da Lei Marcial resultaram em um grande retrocesso, pelo menos do ponto de vista internacional, testemunhado pela queda expressiva de entrada de investimentos diretos e pelas críticas de vários países sobre como o governo chinês havia lidado com a situação de maneira extrema, mas também internamente. (DAMAS, 2014, p. 97).

A posição dos países ocidentais em potencial, na qual a China buscou reestabelecer relações comerciais e políticas em episódios anteriores para alavancar seu processo de crescimento e modernização desapontou os atores chineses, visto que, a defesa dos direitos humanos pareceu estar em segundo plano para o Partido Chinês no interlúdio da Praça da Paz celestial. Desse modo, nos anos seguintes segundo Hong-Ming (2004 p. 447) “(...) por ocasião da Assembleia da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, os países ocidentais apresentavam projetos de resolução antichineses, tentando assim, segundo as autoridades chinesas, intervir nos assuntos internos da China.”.

Em suma, a deterioração das relações chinesas com os países ocidentais acentuou a confiança de Pequim em países africanos. Apesar da África não ter significado prioridade na diplomacia chinesa, o número relevante de países representa metade do movimento dos não-alinhados, além de que, estes formam uma força não desprezível em assuntos internacionais no cenário das Nações Unidas (HONG-MING, 2004). Nessa perspectiva, o estreitamento das relações representava um novo nível de confiança e assistência, para a China possuir poder de manobra no continente africano.

### 2.1.2 A Criação do FOCAC

A criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) em 2000 sinalizou o amadurecimento das relações sino-africanas, estas que até então ocorriam de forma bilateral (MENEZES, 2013). Desse modo, a formalização de uma relação multilateral no âmbito diplomático entre a China e todos os seus parceiros do continente africano indicavam que a RPC tinha o intuito de manter com a África uma relação de longo prazo.

A primeira reunião do FOCAC em 2000 contou com a participação de 44 países africanos e do lado chinês contou com a presença do Presidente Jiang Zeming, do Primeiro-Ministro Zhu Ronji e do Vice-Presidente Hu Jintao (MENEZES, 2013). De modo geral, sua constituição formalmente evidenciava que o estreitamento das relações havia se tornado o eixo para o desenvolvimento de uma renovada aliança estratégica Sul-Sul. De acordo com as declarações de Pequim, o mecanismo positivo do fórum econômico e social entre a China e a África tem como base fundamental a confiança recíproca, a igualdade política, o intercâmbio cultural e a cooperação econômica. (*People's Daily Online*, 2006).

Ainda na mesma ocasião, os dirigentes chineses propuseram o avanço das relações econômicas, de modo que para facilitar o comércio, principalmente o intercâmbio de mercadorias, fizeram uma proposta para eliminar barreiras tarifárias e obstáculos de mercado (TAYLOR, 2006). No mesmo seguimento, também foi criado o Conselho Conjunto de Negócios China-África e o Centro China-África de Exibições de Produtos, na China (MENEZES, 2013).

Na realidade, a criação do fórum teve três objetivos como aponta Taylor (2006) primeiro, fazia parte de uma estratégia de Pequim para reverter à ordem global contra a hegemonia americana, em segundo, mostrar a superioridade chinesa através de seu modelo socialista de modernização e por último, conter a presença de Taiwan. Diante disso, a China fortaleceu relações com África para fixar uma posição de ator influente nas relações internacionais, garantir uma parceria comercial fixa como alternativa de mercado para negociação e principalmente poder se projetar na África através de uma forma institucionalizada.

## 2.2 NARRATIVAS SOBRE A PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA

O Engajamento da China na África envolve diversos pontos de vista. Alden apud Buckley (2013) presume três diferentes narrativas de engajamento, a China como: colonizador, concorrente econômico ou parceiro de desenvolvimento. Os dois primeiros protagonizam a maioria das manchetes midiáticas, cujo conteúdo aborda a China como uma ameaça ao continente africano, especificamente aos investimentos associados ao uso da terra e agricultura, além de uma busca acelerada por *commodities* como defende Moyo (2013). Por outro lado, contrapondo-se a estas narrativas, a terceira está ligada ao discurso pregado pela RPC de que a parceria com a China oferece muitas oportunidades para o desenvolvimento econômico da África, baseada numa relação de solidariedade e compartilhamento de experiências (*People's Daily online, 2006*).

A primeira narrativa compara a China às antigas potências europeias que transformaram o continente africano em colônias de exploração em função das demandas capitalistas e da necessidade de firmar áreas de influência no século XIX. Então, tal fato sempre é revigorado quando se tem a presença de atividades econômicas de outros países na África, pois como afirma Rodney (2010, p. 395) “O colonialismo confinou as colônias ao

papel de produtoras de matérias-primas destinadas à exportação, impondo-lhes, conseqüentemente, depender dos países capitalistas desenvolvidos para quaisquer produtos manufaturados e tecnologia”. A vista disso, a relação sino-africana no contexto do século XXI poderia ser classificada como uma relação de neocolonialismo.

Esta narrativa também supõe que os esforços diplomáticos feitos pela China são para mitigar a presença da política ocidental na África (BUCKLEY, 2013). Nessa tendência, líderes ocidentais argumentam que o país asiático exerce uma política semelhante a das potências imperialistas no século XIX. Por exemplo, em 2011, em uma entrevista de televisão na Zâmbia, em visita a Luzaka, Hillary Clinton comentou sobre a presença chinesa na África, indicando que os africanos devem ter cuidado com os atores que lidam apenas com a elite, “*We don’t want to see a new colonialism in Africa,*” (REUTERS, 2011). Em contraponto, Albert Khamatashin<sup>5</sup> ao falar sobre um projeto de construção de uma ferrovia implantada pela China na África Oriental, rebateu as críticas ocidentais afirmando que o ocidente acusa a China de neocolonialismo porque está perdendo uma área de influência (SPUTNIK, 2017).

A segunda narrativa define a China como um concorrente econômico. Esta é frequentemente utilizada para supor que a conquista de territórios na África está associada a atividades comerciais como a busca de novos mercados e recursos para sustentar seu crescimento acelerado, como por exemplo, a busca por *commodities*. A escritora zambiana Dambisa Moyo, defende firmemente a tese de que em função dos aspectos da vida moderna, as nações estão cada vez mais à procura de recursos e nesse contexto, a China parece ser a mais preocupada com o futuro:

As motivações para a campanha por recursos da China no mundo todo são obviamente econômicas e integram diretamente as políticas articuladas de alívio à pobreza e crescimento econômico da liderança chinesa. A China necessita de alimentos e combustível o mais rápido possível e nas mais vastas quantidades possíveis para garantir a sua futura performance econômica (...) (MOYO, 2013, p. 93).

Pode-se entender que as atitudes do governo chinês visam problemas o longo a prazo, tanto relacionados à segurança alimentar quanto ao abastecimento da indústria. Além disso, como alternativa ao escoamento de sua produção, os produtos chineses encontram muito espaço no mercado dos países africanos por serem extremamente baratos e pelo mercado consumidor ser mais receptivo (TAYLOR, 2006; VISENTINI, 2011).

---

<sup>5</sup> Albert Khamatashin – Especialista do Instituto da África da Academia de Ciências da Rússia

A terceira narrativa está relacionada ao perfil das relações sino-africanas no âmbito da cooperação sul-sul, na qual a China destaca a sua experiência como país em desenvolvimento para ajudar a África a seguir o mesmo caminho. No campo da cooperação agrícola, a China enfatiza a cooperação no desenvolvimento da terra, plantação, segurança alimentar, além de assistência técnica no processamento de produtos agrícolas e manejo de tecnologia agrícola (*People's Daily Online*, 2006). Além disso, a cooperação também é promovida no âmbito multilateral através de parcerias com organizações internacionais. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) mantém uma aliança estratégica com a China desde 2006 e reconhece que a experiência da China contribui para o desenvolvimento e intensificação da produção agrícola nos países africanos (FAO, 2015).

É importante salientar que a literatura dessa narrativa e instituições de autoridade tentam desmitificar as alegações sobre a agricultura chinesa de grande escala para exportação (BUCKLEY, 2013), então, defendem a agricultura intensiva em pequena escala. Por isso, é interessante destacar, que a China no nível do agente estatal, como “doador emergente” combina um discurso de solidariedade apoiado em questões históricas e culturais sem se desvincular de interesses políticos e econômicos (MILANI; CARVALHO, 2013).

Contudo, cada narrativa representa um enfoque diferente sobre o que a mídia, os atores e alguns autores pensam a respeito da presença da China na África. Por outro lado, os líderes chineses sempre mantêm uma posição de paz e solidariedade com o público internacional, sem deixar escapar informações ou dados precisos de suas investidas. No plano internacional as Chinas ainda se mantem fechada e controladora, o que torna difícil conhecer a realidade ou escolher um ponto de vista.

### 2.3 EM BUSCA DE TERRAS: ASSEGURANDO A SEGURANÇA ALIMENTAR?

O crescente interesse da China em terras agrícolas na África tem gerado diversas suposições a respeito de seu uso, especialmente ligadas à segurança alimentar. Comumente veículos da mídia demonstram atenção em relação à declarada liderança chinesa na “apropriação de terras” no exterior, em particular na África (BUCKLEY, 2012). Algumas das afirmações mencionam que governo chinês lidera um esforço para adquirir terras como parte de um plano de longo prazo desempenhado por empresas estatais e fundos de riqueza soberano para suprir os níveis de consumo do país. (BRAUTIGAM, 2015). Apesar de a China

não ser a única nação a buscar por terras, as atenções se voltam para o país devido a intensa presença no continente africano.

A aquisição de terras no mundo para exploração agrícola começou a ocorrer em função da instabilidade do mercado. Como afirma Belluci (2012), a “corrida por terras” ou *land grabbing* é praticado por países desenvolvidos ou em desenvolvimento para suprir demandas alimentares e energéticas. E por consequência do crescimento populacional e capacidade limitada de recursos, as nações procuram no exterior, hectares de terras para satisfazer suas necessidades básicas de sustento (EKMAN, 2012; BELLUCI, 2012).

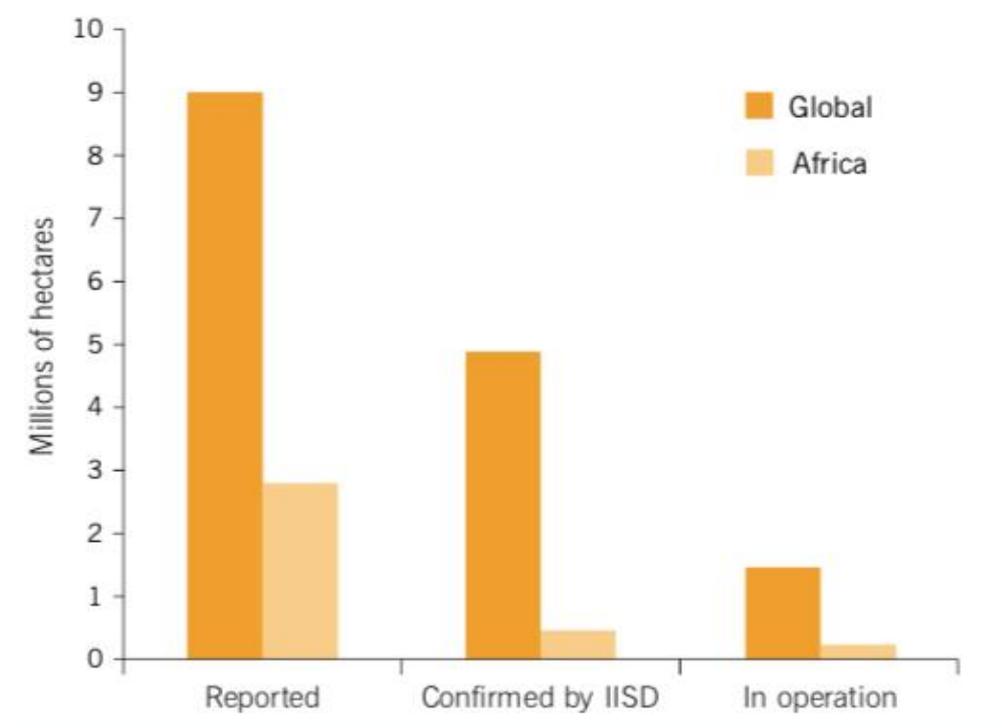
Apesar de ser um fenômeno global, o apetite pelas terras da África tem aumentado nos últimos anos. Além da China, países como a Coreia do Sul e os países do Golfo Pérsico já atuam no continente há alguns anos (BELLUCI, 2012). Um artigo publicado pela revista alemã *Spiegel Online* (2009) com o título *The New Colonialism: Foreign Investors Snap Up African Farmland* discute sobre o novo negócio dos investidores do ramo das *commodities*, na qual apostam na fórmula básica: o homem deve comer. Segundo o artigo, o continente africano oferece as melhores oportunidades de investimento, por dois motivos; em primeiro, algumas terras da África são extremamente férteis, além de extensas e baratas, chegam a custar entre US \$ 350-500 por hectare. Em segundo, os investimentos estrangeiros são bem vindos pelos governos pelo fato de oferecer “oportunidades” de desenvolvimento aos solos inutilizados.

Um dos argumentos atrelados à liderança chinesa na aquisição de terras está associado às condições geográficas do país asiático e a dependência em matérias-primas não existentes no território. Nakatani et al. (2014) argumenta que a China enfrenta muitos obstáculos para garantir a oferta de alimentos para sua própria população, pois quase não há perspectiva de área cultivada há muitos anos. Entre 1997 e 2008, a área de terras aráveis no país caiu em torno de 12,31 milhões de hectares por conta do aumento da zona urbana (MOYO, 2013). Além disso, o país é um dos maiores consumidores de minério de ferro e cimento do mundo, por isso as medidas adotadas como a aquisição de terras e empresas no exterior são importantes para a china restringir a necessidade por tais recursos (NAKATANI et al. 2014).

Contraopondo-se a estes argumentos, a partir de estudos mais profundos Buckley (2012), Buckley (2013), Ekman (2012) e Brautigam (2015) afirmam que a maioria dos investimentos feitos pela China em terras no mundo, em particular na África, em termos de

cultura alimentar, não são voltados para exportação. Pesquisadores do *International Institute for Sustainable Development* (IISD) constataram que dos 9 milhões de projetos divulgados em notícias midiáticas pela China em todo mundo, apenas 4,9 milhões foram confirmados, 1,4 milhões estão em operação e do total apenas 9% equivalente a 463.792 hectares estão localizados na África, como indica o gráfico a seguir:

**Gráfico 1 – Investimentos da China pelo mundo e na África em milhões de hectares.**



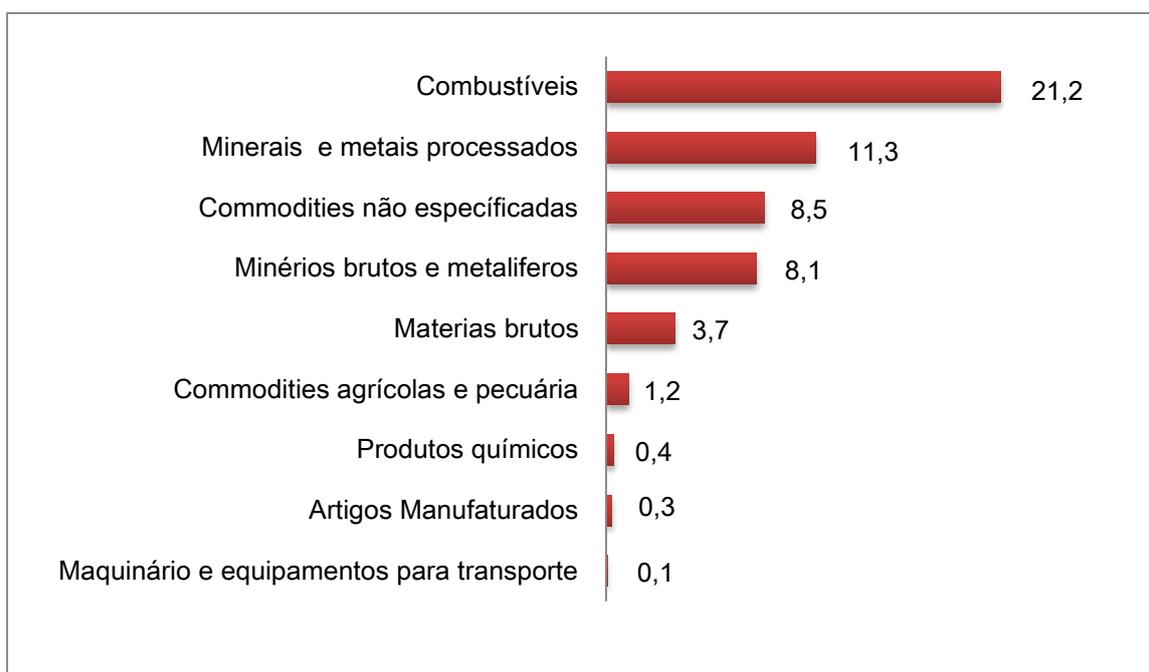
Fonte: Buckley, 2012, p. 2

Diante dos números expostos, os índices são muito baixos para supor que a China esteja adquirindo áreas no continente africano em larga escala para fins de abastecimento de alimentos. Deborah Brautigam (2015) a partir de seus estudos de campo, também confirma que o *land grabbing* é um mito, visto que o agronegócio chinês em território africano arrendou um número pequeno de terras, entre 1987 a 2014 do total 6.001.074 de hectares anunciados pelas companhias, apenas 239,365 foram adquiridos.

Em compensação, as teses correspondentes aos interesses da China sobre os recursos minerais da África parecem ser evidentes quando se observa os índices de exportação. No ano de 2016, como indica o gráfico 2, a maioria das exportações da África Subsaariana para a China foram de combustíveis, na qual corresponderam a 39% do total, cerca de 21,2 bilhões.

Minerais e metais processados corresponderam a 21% do total, cerca de 11,3 bilhões. Enquanto os setores de commodities agrícolas e pecuária corresponderam a 2,2% do total, cerca de 1,2 bilhões de dólares. Em comparação a outros parceiros comerciais da China, como o Brasil, em 2016 as exportações de commodities agrícolas e pecuária corresponderam a 45,94% do total, cerca de 16,13 bilhões de dólares<sup>6</sup>.

**Gráfico 2 – Exportações da África Subsaariana para a China no ano de 2016 (bilhões de dólares).**



Fonte: Coface, 2017 – Adaptado.

Os valores indicados na tabela são bem baixos para supor que a África sustenta a China em termos alimentares. Segundo Brautigam (2015), o comércio exterior sino-africano no setor agrícola não é tão promissor quanto o esperado. Apesar de haver perspectivas de comércio, por causa do potencial da África para a produção de *commodities*, os consumidores chineses ainda favorecem os vizinhos asiáticos na compra de bens alimentares.

### 2.3.1. Quem vai alimentar a China?

Alimentar umas das maiores populações do mundo tem sido um dever central dos líderes chineses durante muitos anos. Ao se pensar na China é necessário considerar que se

<sup>6</sup>Dados do Ministério da Indústria, Serviço e Comércio Exterior (MDIC), disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais>.

trata de um país com dimensões continentais (PAUTASSO, 2011). Por isso, é importante ressaltar que a geopolítica da segurança alimentar de um país de 1,3 bilhões de pessoas é algo muito complexo (BRAUTIGAM, 2015). Desse modo, a ação do governo chinês de articular políticas que alcancem um bem estar nutricional para toda a população é uma tarefa bastante árdua que envolve múltiplas dimensões.

Segundo Holdaway (2015), o fato de a China alimentar um quinto da população mundial com apenas 7% de terra arável do mundo e possuir uma parcela baixa de recursos hídricos comparados a média global são fatores que impulsionam a agricultura intensiva o que ocasiona a concorrência por terra e água entre os setores agrícola, industrial e urbano. Dessa maneira, é indiscutível prever que tais recursos estejam cada vez mais limitados quando se destina o uso da terra para atividades indústrias, pois se tem como consequência o desmatamento e a degradação ambiental (EKMAN, 2012). Portanto, um equilíbrio entre as zonas urbanas e rurais é um passo importante para se pensar no planejamento da segurança alimentar no caso da China.

Além do paralelo entre densidade demográfica e poucos recursos naturais, ainda existem outros fatores que diferenciam a China dos outros países e que influenciam os formuladores de políticas. Como por exemplo, o controle continuado da terra nas mãos do Estado, a rápida industrialização como efeito negativo para o meio ambiente, a tentativa do governo de moldar os hábitos alimentares da população e a enorme diversidade de regiões dentro de um só país (HOLDAWAY, 2015). O não entendimento destas dimensões ocasiona muitas vezes um estudo mal compreendido, o que resulta na reflexão de que a China precisa depender inteiramente do mercado externo para tentar superar as dificuldades permanentes de seu espaço geográfico.

A China já alcançou a autossuficiência em grãos desde 1996, isto significa que o país garante a própria produção básica de quase todos os alimentos que precisa (BRAUTIGAM, 2015). Políticas centradas para a agricultura e aumento da produtividade geraram bons resultados, além de estratégias do governo para acompanhar as transformações causadas pelo crescimento. Este processo afetou diretamente a dieta das famílias, pois com o alargamento da zona urbana, o consumo de vegetais e outros produtos agrícolas diminuíram, mas em compensação a demanda por carne, ovos e produtos lácteos aumentaram (HOLDAWAY, 2015).

Um estudo feito por Fukase e Martin (2015) analisa as condições de oferta e demanda por alimentos na China no século XXI. Eles constataram um efeito positivo das produções agrícolas em termos de cereais e uma demanda de crescimento dentro dos padrões da média nacional da China, o que indica um equilíbrio entre oferta e demanda.

Uma das estratégias para alterar as preferências de consumo da população, mesmo o Estado estando em equilíbrio com o mercado, o governo atua no papel de moldar as atitudes do público consumidor em relação à comida. Tal estratégia é feita a partir de duas formas. Através de políticas relacionadas diretamente com suprimentos, nutrição e segurança adequada e por meio de políticas que afetam o poder de compra do consumidor (HOLDAWAY, 2015).

Apesar de a China ter alcançado a autossuficiência em alimentos, os números correspondentes à segurança alimentar não são muito confiáveis e nem exatos (BUCKLEY, 2013; HOLDAWAY, 2015). Logo, não dá para ter certeza de que o país não sofrerá uma crise por falta de grãos no futuro, mesmo os números indicando uma desaceleração do crescimento e baixa demanda por grãos (OECD/FAO, 2016; WORK BANK, 2018). Portanto, o envolvimento da China no continente africano associado a segurança alimentar não deve ser descartado (BRAUTIGAM, 2015).

## 2.4 PROJEÇÕES DA AGRICULTURA CHINESA NA ÁFRICA

Na medida em que as empresas chinesas se instalaram na África aumentaram o número de projetos de ajuda ao desenvolvimento e assistência técnica à agricultura. A origem desse processo parece ser congruente ao fato dos projetos chineses aparentemente desenvolverem uma lógica orientada mais para negócios ligados ao lucro do que a sustentabilidade de tais projetos (BRAUTIGAM, 2009 apud DURÁN E CHICHAHA, 2012). Nesse sentido, os atores chineses estão cada vez mais envolvidos na agricultura africana, cujo exercício é camuflado por diversas instituições envolvidas, estando no topo o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

As empresas chinesas têm investido no setor agrícola da África desde 1980, coincidente com a abertura ao mercado externo, pois foram estimuladas pelo governo a buscar outras fontes de renda (BRAUTIGAM, 2014). No entanto, há duas décadas anteriores já havia a presença de especialistas chineses em alguns países da África para examinar as condições

do solo. Em 1962, empresários chineses fecharam uma parceria com o governo para construção de uma fazenda produtora de chá em Mali, que custou em torno de US\$16 milhões e em 1968 foi construída uma fábrica de açúcar, ambos financiados pelo fundo chinês de ajuda à África (BRAUTIGAM, 2015).

Até então, como visto anteriormente durante a evolução da relação sino-africana, até a década de 1980, a diplomacia com a África permanecia em segundo plano. Desse modo, desde a década de 1960, os chineses concediam pouca ajuda aos países africanos por meio de construção de fazendas estatais, além de apoio a cooperação agrícola com o intuito de não perder uma esfera de influência (TAYLOR, 2006). A partir desse período, como aponta Brautigam (2015) o programa de ajuda chinesa passou a enfatizar fazendas de demonstração de pequeno porte utilizando agricultores locais, onde equipes chinesas ensinavam sobre o cultivo de arroz e alguns vegetais. É possível visualizar mais claramente na tabela abaixo:

**Tabela 3 – Os maiores projetos chineses de ajuda à agricultura entre 1960 - 1990.**

<b>Duração</b>	<b>País</b>	<b>Projeto</b>	<b>Cultura</b>	<b>Hectares</b>
1962 - 1964	Mali	Farako	Chá	402
1971 - 1977	Tanzânia	Mbarali	Arroz e agricultura mista	3,530
1973 - 1983	Zaire	Kingabwa	Irrigação de arroz	400
1975 - 1980	Benin	Malanville	Irrigação de arroz	516
1976 - 1982	Nigéria	Itoikin	Irrigação de arroz	170
1977 - 1981	Serra Leoa	Magbass	Cana-de-açúcar e moinho	1,280
1979 - 1983	Gana	Afife	Irrigação de arroz	880
1987 - 1990	Uganda	Doho	Irrigação de arroz	800
Total em hectares				27, 992

Fonte: Brautigam (2015, p. 39) – adaptado.

Como se pode observar, os projetos são de curta duração, entre dois a dez anos e abrangem culturas modestas. O primeiro ocorreu em Mali com a construção da fazenda de

produção de Chá de 402 hectares que começou em 1962 e terminou em 1964. E o último projeto correu na Uganda com início em 1987 até 1990. Segundo Brautigam (2015), duas décadas depois, o jornal da Uganda publicou que a fazenda em Doho ainda beneficiava a população local, entretanto, o que ocorreu na realidade era que os antigos moinhos de arroz esmagavam as culturas deixando o arroz impróprio para ser vendido no mercado local.

De acordo com as transformações do mercado nos anos seguintes, o envolvimento chinês no âmbito da agricultura africana iria mudar, porém não totalmente, pois a abordagem seria a mesma, mas a intenção não. E isso pode ser entendido pelo fato dos atores chineses declararem que a cooperação econômica e comercial é pré-requisito para promover o desenvolvimento econômico (BUCKLEY, 2013).

Como observa Brautigam (2015), o modelo de mecanismo agrícola proposto pelas reformas de 1978, geraram boa produção e renda significativa para a China, por isso, o governo adquiriu a seguinte lógica: de que a liberação do mercado não moderniza a agricultura, mas, sobretudo, o incentivo ao mercado que gera desempenho. Diante disso, fica claro que os atores chineses acreditavam que o modelo econômico implantado durante a reforma econômica de 1978, que consistia na modernização da agricultura e programas de incentivo para a produção gerariam grandes lucros não somente na China, mas em outros lugares do mundo.

Foi nesse seguimento que foi criado o programa *Going Global* (BRAUTIGAM, 2015), basicamente é uma estratégia de agressiva internacionalização da economia chinesa por meio da realização de investimentos internos, externos e exportações (COELHO; MASIERO; CASEIRO, 2015). Dentro da perspectiva dos investimentos internos, o governo experimentou o programa nos arredores, nas Zonas Econômicas Especiais através da implantação de *Join Ventures*<sup>7</sup>. E enquanto aos investimentos externos, destinou-se a alguns países e particularmente à África. Por exemplo, agronegócios estatais chineses, o Grupo Nacional de Desenvolvimento Agrícola da China (CNADC) e o Fundo de Desenvolvimento China-África, estabeleceram uma *join venture* no continente (BRAUTIGAM, 2014).

---

<sup>7</sup> De acordo com Cateora (2010, p.352) “(...) é uma sociedade entre duas ou mais empresas que juntam forças para criar uma entidade jurídica distinta; reconhece a intenção dos sócios de compartilhar a administração do empreendimento em conjunto; envolve entidades como empresas, governos, organizações e não envolve indivíduos”.

A agricultura foi incluída no programa *Going Global* no mesmo ano em que a China entrou para a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 e também passou a fazer parte do programa de fundos especiais do Ministério das Finanças em 2005 (BRAUTIGAM, 2014). Em 2006, o Ministério da agricultura e o Banco de Desenvolvimento da China assinaram um acordo para trabalhar em conjunto em cinco áreas, que incluíam projetos associados ao uso da água e terra no exterior (BRAUTIGAM, 2014).

A intenção anunciada pelo governo chinês de intensificação de ajudas ao continente africano foi baseada em princípios internos e externos, estes que ajudaram na repercussão de rumores sobre a insegurança alimentar da China, como explica Brautigam (2015):

(...) Chinese investments was appointed, at least publicly, as a way to help African countries achieve food security. Some Chinese official also assumed that going out would help *China's* food security, yet there was no clear message on this. For example, on may 24, 2004, Xinhua noted that the government was trying to help solve China's food problems by "encouraging enterprises to produce grain overseas by leasing foreign farmland". Xinhua quoted prominent Peking University economist Justin Yifu Lin (...). China's shortages of farm land and water, he said, made overseas farming an obvious option (BRAUTIGAM, 2015, p.61).

Como parte da estratégia global do governo chinês, o alvo dos investimentos estrangeiros foram os países em desenvolvimento. Isso pode ser explicado com base no 12º plano quinquenal (2011-2015) que estimulava as empresas a desenvolverem capacidade produtiva com vantagem comparativa na agricultura (BUCKLEY, 2013). Nesse sentido, o continente africano era o foco inicial, visto que a cooperação agrícola para o desenvolvimento econômico tinha por objetivo principal segundo os atores chineses auxiliar na promoção da segurança alimentar dos países africanos (BRAUTIGAM, 2015) através da implantação do modelo chinês de estímulo ao mercado e modernização da agricultura. Neste caso, a autossuficiência alimentar é uma prioridade estratégica para os países africanos, portanto eles estavam dispostos a cooperar com a China como foi demonstrado no fórum do FOCAC em 2012. Na mesma ocasião a China anunciou várias promessas para África, como pode ser visto no quadro a seguir:

**Quadro 1 – Agenda internacional da China para África no âmbito da cooperação agrícola de acordo com o Plano quinquenal de Pequim (2012-2015).**

Seções	Planos de ação
--------	----------------

4.1.3	Apoiar o CAADP (Programa de desenvolvimento da agricultura na África).
4.1.4	Enviar equipes para treinar técnicos agrícolas africanos.
4.1.4	Apoiar o sistema de ensino profissional agrícola e enviar professores
4.1.4, 5.2.1	Construir mais centros de demonstração agrícola
4.1.4	Fornecer suporte técnico para plantio, armazenamento, processamento e circulação.
4.1.4, 4.5.6	Incentivar as instituições financeiras chinesas a apoiarem cooperação na plantação, transformação, criação de animais, pesca e aquicultura.
4.1.4	Apoiar o Programa Especial da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação para segurança alimentar.
4.14, 4.1.6	Facilitar o acesso dos produtos agrícolas africanos ao mercado chinês.
4.5.2	Conceder linha de crédito de US \$ 20 bilhões para infraestrutura, agricultura, manufatura e pequenas e médias empresas africanas.
6.3.6	Publicar e traduzir materiais de tecnologia agrícola; junção e participação em feiras de livros na China e na África.

Fonte: Focac apud Buckley, 2012, p.3.

O estudo de Sigrid Ekman (2012) aponta alguns temas controversos envolvendo a presença chinesa no setor agrícola de Moçambique, estes que também se generalizam no restante dos países africanos. O primeiro consiste no debate evidenciado pela mídia sobre o arrendamento de terras para o cultivo de alimentos e exportação de volta para a China. A autora evidencia que o comércio entre Moçambique e a China é extremamente limitado e envolve apenas a exportação de madeira e uma pequena quantidade de alimentos, além disso, a maior parte da ajuda financeira concedida pelo governo chinês foi destinada para projetos de infraestrutura.

Outro tema controverso são os centros de tecnologia agrícola. Estes são considerados símbolo do compromisso chinês com o desenvolvimento à agricultura. De modo geral, as razões da existência dos centros são para o desenvolvimento de pesquisas, treinamento e transferência de tecnologia para habilitar os agricultores africanos a lidarem melhor com a agricultura e pecuária (CHICHAVA; FINGERMANN, 2015).

No Fórum de Cooperação China-África realizada em 2006, a China declarou que estabeleceria na África dez centros de tecnologia agrícola para fomentar a produtividade no continente (EKMAN, 2012), por outro lado, segundo Brautigam (2015), as empresas chinesas foram incentivadas por Pequim a usarem os centros para se autofinanciar para aliviar problemas de sustentabilidade, dessa forma esse empreendimento parecia atraente para algumas companhias. No entanto, ao contrário da essência da proposta, os centros não evitaram que Moçambique importasse 380.000 toneladas de arroz para seu próprio consumo (EKMAN, 2012). Chichava e Fingermann (2015) também afirmam que entre os propósitos do programa de ajuda agrícola não parecem estar relacionados totalmente com pesquisa.

O modelo chinês de ajuda internacional diferencia-se dos padrões de ajuda externa exercida por países tradicionais que atuam como doadores emergentes. Este enfoque tem como pressuposto subjacente o argumento de que a ajuda internacional existente foi incapaz até então, de resolver o problema da insegurança alimentar na África e que o modelo da China representa uma nova alternativa de desenvolvimento (BUCKLEY et al., 2017). Esta questão ganha particular relevância pelo fato da China executar o seu próprio modelo especificamente na África Subsaariana, região que concentra mais de 950 milhões de pessoas e dispõe da agricultura como principal meio de subsistência (OECD/FAO, 2016).

Uma pesquisa publicada pelo *International Institute for Environment Development* 2017, conduzida pelo *The Foreign Economic Cooperation Centre (FECC)* apresenta uma reflexão por meio da visão de 160 agrônomos chineses entrevistados que ajudaram na implementação, ou melhor, na tentativa de implementação de projetos de ajuda agrícola na África, tendo em vista auxiliar os africanos com técnicas da agricultura chinesa.

A pesquisa demonstrou que o setor agrícola africano tem forte potencial para garantir a segurança alimentar da África e do mundo se suas terras agricultáveis forem bem aproveitadas. O interesse internacional tem crescido em termos de agricultura sustentável como solução e um crescimento na confiança de intercâmbios para atingir os “objetivos

globais da ONU para o desenvolvimento sustentável”, entretanto, como afirma Buckley et al., (2017) os investimentos no setor da agricultura africana estão abaixo dos níveis globais médios, e além do mais os esforços para atingir tais objetivos ainda são insuficientes.

Algumas percepções são apontadas pela pesquisa como: a) necessidade de entender a diversidade dentro da África, b) importância de encontrar métodos eficazes para transferência de tecnologia, c) falta de clareza sobre quem deve ser os alvos beneficiários da ajuda e como as avaliações de necessidades são feitas, d) barreiras culturais, e) barreiras para ajuda agrícola que se traduzem em falta de instalações e condições para demonstração e f) necessidade de melhorar o atual mecanismo chinês de avaliação de necessidade.

Este capítulo ilustrou que a projeção chinesa na África no âmbito da agricultura de forma prática ocorre por meio da tentativa de aplicação de um modelo chinês de desenvolvimento agrícola. E também, que tal ação se desdobra a partir da criação de instituições que apoiam a internacionalização do capital chinês, além de programas de ajuda técnica e transferência de tecnologia. Conseqüentemente, esse contexto atingiu particular relevância, ocasionando debates sobre a África supostamente fornecer matérias-primas para china sustentar seu desenvolvimento econômico e manter sua segurança alimentar, configurando uma relação de neocolonialismo.

Por razões históricas é comum pensar que o continente africano seja um provedor de recursos naturais, especialmente de alimentos. Afinal, as atividades colonialistas do século XIX no campo econômico, após a abolição do tráfico negreiro, qualificaram o uso abusivo do solo africano para produção agrícola destinado à exportação como comércio legítimo (BOAHEN, 2010). Portanto, desvincular essa tendência do envolvimento chinês considerando os rumores sobre insegurança alimentar é quase inevitável.

Por isso, o capítulo seguinte tenta analisar a inserção da China no continente africano através do discurso e a retórica da relação sino africana, tendo em vista que a projeção chinesa também exerce um esforço de moldar a sua estratégia diplomática para que esteja desassociada de ideias coloniais. Para isso aposta em uma retórica que mostre o lado conveniente da relação para os líderes africanos e para a comunidade internacional.

### 3. A RETÓRICA DA RELAÇÃO SINO-AFRICANA

A relação entre a China e a África é baseada em um discurso projetado pela China para se enquadrar na condição de país em desenvolvimento e divulgar a noção de que as intenções chinesas no continente africano são bem distantes dos ideais ideológicos impostos pelos atores tradicionais.

Dessa forma, é interessante visualizar a relação sino-africana de um ponto de vista pós-colonial, pois a China possui um projeto para se tornar uma potência mundial e o mais importante garantir recursos para o seu desenvolvimento interno, dessa forma intensifica sua aproximação com os países africanos sob a retórica da cooperação entre países em desenvolvimento.

#### 3.1 A CHINA NO CONTEXTO DOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS

A lógica da Guerra Fria e o processo de Descolonização geraram enormes impactos para os países do sul global. A definição de um cenário econômico neoliberal condicionou os países recém-independentes de estruturas prematuras a lidarem com um novo sistema financeiro e com os resquícios da colonização. É nesse sentido, que surgem os estudos pós-coloniais, os quais se direcionam a analisar a condição dos ex-colonizados na nova ordem existente. Pois, as teorias eurocêntricas tradicionais são incapazes de compreender a complexidade das perspectivas pós-coloniais, pois se dedicam a entender os fenômenos das relações internacionais a partir de noções universais derivadas de experiências particulares do ocidente (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2002).

Um dos primeiros estudiosos a utilizar o termo “pós-colonial” foi Hamza Alavi, que procurou explicar porque os países do terceiro mundo recém-independentes eram tão suscetíveis a desviar dos rumos do desenvolvimento econômico e da democracia (KRISHNA, 2009). Assim como Alavi, Edward Said também se dedicou a analisar o mundo pós-colonial, sendo assim, ambos compreenderam que os efeitos do domínio colonial são duradouros e não desaparecem com a descolonização ou independência.

Os estudos pós-coloniais retratam a China como um país pertencente aos países de terceiro mundo. Apesar de ser um termo basicamente geográfico, a título de divisão, é usado para classificar os países afro-asiáticos ou tradicionalmente como recém-independentes. Krishna (2009) argumenta que como resultado do processo de independência, algumas nações asiáticas do terceiro mundo como a China, a Índia e o Japão alcançaram um rápido crescimento econômico e passaram a compor um grupo célebre de países recém-industrializados. Tendo em vista esse contexto, considerando os avanços da China no sistema internacional e o seu *status* de potência econômica, o país poderia ser classificado como pós-colonial pelo fato de pertencer simbolicamente ao terceiro mundo?

Na segunda edição do livro *The Empire Writes Back: Theory and practice in post-colonial literatures*, Aschcroft, Griffiths e Tiffin (2002) apontam que o termo “pós-colonialismo” é bastante amplo, por isso, definir um limite para o que seria “pós-colonial” é o mesmo que limitar um campo de estudos, e isto seria divergente a própria essência do pós-colonialismo. Logo, eles sugerem que a forma mais simples seria definir como uma maneira diferente de entender as relações coloniais de um modo não binário (colonizado preto e colonizador branco). No entanto, ainda assim, seria controverso à complexidade do discurso imperial. Nessa perspectiva, os autores argumentam que para definir quem é pós-colonial é necessária a “experiência colonial”, porém, mesmo assim, eles admitem que seja complicado delinear os efeitos de onde começam e onde terminam.

Nesse sentido, Mignolo citado por Grovogui (2002) argumenta que seria de fato confuso reivindicar que as teorias pós-coloniais surgissem exclusivamente de legados de uma determinada trajetória colonial ou que são postos como modelos monológicos e teóricos para descrever as particularidades das diversas experiências coloniais. Ou seja, enquadrar a teoria pós-colonial ou estipular aspectos específicos para quem é pós-colonial ou não, seria o mesmo que restringir uma ferramenta de análise que tem o sentido de diversificar o próprio campo de estudos. Desse modo, teria o mesmo significado que as teorias eurocêntricas que enxergam o mundo a partir de aspectos ocidentais que impossibilitam o alcance de outras realidades.

Reconhecendo a pluralidade do termo pós-colonial e a utilidade de desdobrá-lo para objetivos analíticos, Dirlik (1997) considera três usos que parecem ser relevantes:

(...) como descrição literal de condições em ex-sociedades coloniais, caso em que o termo tem referenciais concretos como, por exemplo, em sociedades pós-coloniais ou intelectuais pós-coloniais; como descrição de uma condição global após um período de colonialismo, caso em que o uso é de certa forma mais abstrato e menos

concreto quanto à referência, comparável na sua imprecisão ao termo anterior Terceiro Mundo, o qual pretende substituir: e como descrição de um discurso sobre as condições acima mencionadas, inspirado pelas orientações epistemológicas e psíquicas que são produto dessas condições. (DIRLIK, 1997, p. 49).

Em relação ao primeiro uso, da descrição das condições de sociedades ex-colonizadas e intelectuais pós-coloniais, é importante citar o trabalho de Edward Said que escreveu a obra *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente* (1978) e de Gayatri Chakravorty Spivak que escreveu *O subalterno pode falar?* (2010). Ambos são considerados intelectuais pós-coloniais pertencentes às realidades do terceiro mundo e seus estudos são sinônimos de referência para entender o método e a análise pós-colonial, pois ambos os autores examinam o passado e as consequências da dominação pelo ponto de vista do dominado/subalterno.

Dirlik (1997) indica que ao considerar o termo “pós-colonial” de forma literal é possível estudar e englobar vários países que não fazem parte do terceiro mundo, como por exemplo, os Estados Unidos e a Austrália que são ex-colônias e colonizaram suas populações indígenas. No contexto da China, a sua trajetória não possui propriamente a condição de ex-colonizada se for considerado os aspectos literais de uma “experiência colonial” e principalmente os efeitos dessa experiência. Krishna (2009) afirma que a China nunca foi totalmente colonizada do mesmo modo que a Índia foi, porém, o sistema portuário desigual, os tratados e as depredações dos poderes coloniais certificam seu subdesenvolvimento. De acordo com Mamigonian (2008) durante a intensificação das campanhas coloniais a China foi transformada em semicolônia pela Inglaterra, França, Alemanha, Rússia e entre outros países. Nesse seguimento, a título de diplomacia, a China utiliza em sua relação com a África o argumento de um passado colonial comum e lutas comuns, como pode ser visto no discurso de Jiang Zemin na cerimônia de abertura do Fórum de Cooperação China-África em Pequim no ano de 2000:

The Chinese and African peoples once fought courageously for their national independence and freedom. They have since made strenuous efforts for peace and development. They have scored remarkable achievements and made historical progress in building up their countries. (...) Having smashed the shackles of the colonial rule that lasted for several centuries, the African people won their national liberation and independence. They have since registered gratifying progress in social and economic development. The Chinese people did away with imperialism. Feudalism and bureaucrat capitalism, known as the "three big mountains" weighing down on the backs of the Chinese people. And founded the People's Republic of China where the people become the masters of the country (JIANG ZEMIN, 2000).

Através do discurso do premier chinês, é perceptível a transmissão de uma história de superação dos períodos difíceis vividos pela China e pela África. No entanto, mesmo que as histórias sejam parecidas e com um passado com elementos imperialistas, não há como o passado colonial da China ser comparado ao passado da África (TAYLOR, 2006; BRAUTIGAM, 2015).

Os efeitos da colonização africana permanecem até os dias atuais, e, por conseguinte, ainda são determinantes em sua formação e ao referir-se ao continente, pois como afirma Boahen (2010) a África teve sua soberania roubada e suas linhas cartográficas redefinidas. Portanto, não é admissível compara-la a quase colonização da China.

Mais a fundo, Dirlik (1997) destaca o papel do capitalismo global e a condição do pós-colonialismo:

(...) a transnacionalização da produção levanta a questão sobre antigas divisões em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo. O Segundo Mundo, o mundo do socialismo, por razões totalmente práticas, faz parte do passado. Mas a nova configuração global também levanta a questão sobre as distinções entre o Primeiro e o Terceiro Mundo. Parte do que era antes Terceiro Mundo está hoje nos caminhos do capital transnacional e pertence ao setor "desenvolvido" da economia mundial. Da mesma maneira, parte do Primeiro Mundo marginalizada na nova economia global, quanto ao seu modo de vida, mal pode ser distinguida do que costumava ser considerado Terceiro Mundo. (DIRLIK, 1997, p. 41).

Certamente, com os avanços do capital internacional e com as políticas de livre mercado, alguns países se sobressaíram mais sobre outros, perpetuando de qualquer forma uma condição desigual em meio a uma competitividade no mundo moderno, gerando economias desenvolvidas e menos desenvolvidas. Ou seja, o processo pelo qual as antigas divisões foram deixadas para trás se torna natural, porém, as relações de poder pelo qual o pós-colonialismo também se propõe a entender e questionar não deixam de existir.

Nesse caso, um aspecto interessante ressaltado por Krishna (2009) é a sensibilidade do pós-colonialismo a questões de dominação, no qual, nações economicamente desenvolvidas e dominantes regularmente definem padrões que constituem modelos contra aqueles que serão avaliados.

Contudo, como aponta Grovogui (2002), através dos conhecimentos teóricos proporcionados pelos estudos pós-coloniais é possível observar as relações internacionais por

uma ótica distinta dos conhecimentos teóricos disseminados pelas teorias tradicionais. O que de fato possibilita explorar preocupações diferentes do ponto de vista convencional.

Nesse seguimento, considerando a amplitude do termo pós-colonial, uma definição mais abrangente e viável em meio a tantas definições para dar suporte às sessões seguintes seria a de Krishna (2009):

Postcolonialism can be provisionally defined as the perspective or worldview of those who believe that it is possible to understand today's world only by foregrounding the history of colonialism—defined in a very preliminary way as the domination of certain societies and peoples by others—over the past five centuries (KRISHNA, 2009, p. 3).

Ademais, a discussão em relação à posição da China como país de terceiro mundo teve como objetivo visualizar de que forma a China pode ser considerada um ator pós-colonial, pois nas sessões seguintes, o país assume a identidade de nação dominadora. Visto que a China em suas declarações públicas compara seu passado como vítima da colonização como algo análogo a deplorável situação da África no período colonial.

### 3.2 A ESTRATÉGIA DIPLOMÁTICA DA CHINA PARA A ÁFRICA

De acordo com Grosfoguel (2009, p. 387) “O êxito do sistema-mundo colonial moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes.” Nesse seguimento o Fórum de Cooperação China-África é um espaço onde os líderes chineses consolidam suas narrativas para envolver os líderes africanos a pensarem como atores pertencentes a passados e histórias semelhantes e por isso devem crescer juntos e mostrar para o mundo que podem construir seu próprio futuro.

Para forjar uma imagem de parceiro ao desenvolvimento e encobrir o interesse comercial, a estratégia chinesa fundamenta-se em aspectos históricos para estabelecer uma relação de confiança com os países africanos. Em princípio, intenção de Pequim em construir laços contemporâneos com a África está além de uma política externa, pois abrange o esforço de conciliar a identidade da China como um país em desenvolvimento com a de um Estado líder em ascensão pacífica (ALDEN e ALVES, 2008).

A cultura milenar chinesa possui uma noção de autoimagem como nação centro do mundo. Esta ideia está ligada ao legado de uma civilização sofisticada que por muitos anos

teve como força de expressão um sistema imperial-dinástico (LYRIO, 2010). Por essa razão, pode-se pensar que as forças nacionalistas chinesas cultivadas por anos, além dos eventos de instabilidade a partir da Dinastia Ming (1368-1644) contribuíram para a fixação de uma perseguição ao *status* de autonomia e prestígio. Para ilustrar esse pensamento, Said (2011) enfatiza que culturas nacionalmente definidas são suscetíveis a ambicionar soberania, influência e dominação. Por isso, as atitudes chinesas na África são revestidas de ativismo político, pavimentando um caminho para usufruir dos recursos e apoio internacional.

Para construir o *status* de país em desenvolvimento para a África, a China utiliza uma estratégia explícita, na qual, consiste basicamente com aponta Saraiva (2015, p.43) na “exportação de um modelo chinês de tratamento de temas da agenda internacional, apresentando-se como uma representante natural dos países em desenvolvimento”. Esta ação pode ser explicada pelo fato de a China resistir à submissão das regras e normas da estrutura do sistema internacional dominante, optando por empregar táticas que melhor reflitam sua experiência (ALDEN e ALVES, 2008). Por conseguinte, o gesto de igualar-se a África como país que alcança os mesmos fins pode ser visto no discurso do premier chinês Zhu Rongi na cerimônia do Fórum de cooperação China-África (FOCAC) em 2000:

Economic and trade co-operation constitutes a crucial part of our co-operation. Our closer co-operation in this area will enable us to give full play to our respective advantages, speed up our economic development and help us to shake off poverty and backwardness to the benefit of all our peoples. It will also help us to increase our international competitiveness and build up our capacity against possible risks, which will put us in a better position to participate in economic globalization and safeguard our economic interests and economic security. Furthermore, it will help deepen and expand South-South co-operation and improve the standing of the developing countries in North-South dialogue so as to facilitate the establishment of a fair and rational new international political and economic order (ZHU RONGI, 2000).

O discurso de Rongi no ano da primeira conferência do Focac inaugura uma das estratégias chinesas voltadas para uma diplomacia a serviço da economia. O ano de 2000 foi o período das aproximações, ano de estreitamento das relações sino-africanas, mais do que nunca a China almejava uma posição influente no cenário internacional e contava com a África para alcançar bons resultados. Enquanto a África apenas desejava se adaptar, a China alinhava interesses como semelhantes, porém envolvia graus distintos.

Assim, já no plano de curso de uma abertura comercial chinesa, a diálogo visava preparar o cenário para os investimentos chineses:

(...) We should go along with the trend of the times, have new thinking and open up new areas for the economic and trade co-operation according to the principles of "equality and mutual benefit, diversity in form, stress on practical results and pursuit of common development". We should enhance and upgrade this co-operation by orienting ourselves towards market and improving co-ordination between governments and enterprises with the latter being the main players (...) (ZHU RONGI, 2000).

Neste ponto a China enfatiza uma de suas principais ferramentas de retórica, “igualdade e benefícios mútuos” ou estratégia “*win-win*”, que indica um aspecto de contraste em relação às experiências dos africanos com seus parceiros tradicionais como aponta Corkin (2014), pois mostra que as intenções da China são compatíveis com uma relação sul-sul, na qual países em desenvolvimento devem se ajudar a crescer e constituir ganhos, distanciando-se das características de uma relação norte-sul.

A tendência como alega Corkin (2014) é agir como “primeiro entre iguais”, mesmo que a China tenha características de um país desenvolvido e de um em desenvolvimento, a tática é conciliar as duas identidades. Entretanto, para a África a China reforça mais a segunda identidade, como demonstra o discurso do primeiro ministro de Estado do Conselho Popular da China na cerimônia de abertura da segunda conferência ministerial do FOCAC realizada em 2009:

(...) The Chinese people as a whole are living a better life. But China has a huge population of 1.3 billion, and even though its total economic volume is among the largest in the world, in per capita terms, it is still quite low. China is a big country with uneven development and relatively low overall productivity level. We still have a long way to go before the goal of modernization is accomplished. Against such background, the assistance China can provide to African countries is limited. However, we do offer our assistance with the deepest sincerity and without any political conditions. It is our firm belief that support and help between countries are mutual, and we will never forget the invaluable support China has received from African countries over the years in our endeavours to safeguard China's sovereignty and territorial integrity (...) (WEN JIABAO, 2009).

De acordo com o discurso de Jiabao, a tentativa de desconiliar assistência de interesse político parece contraditório, pois de acordo com Taylor (2006) a única condição política para que os países africanos estabeleçam relações com a China é optando por não se relacionar politicamente com Taiwan. Por outro lado, por mais que a China reforce a posição de um país

de terceiro mundo, os líderes africanos o consideram como um ator superior, pois como reforça Alden e Alves (2008) o motivo pelo qual eles cooperam com a China ocorre justamente pelo reconhecimento da condição de poder global, além dos recursos políticos e financeiros.

De acordo com Lyrio (2010) apesar de a China declarar em vários discursos que deseja apenas alcançar a paz e o desenvolvimento, o fato é que sua trajetória internacional tem como fundamento central tornar-se uma grande potência mundial. No entanto, para evitar desconfiança e afastamento dos ex-povos colonizados, a China adota um discurso de reciprocidade tocante nas experiências do passado, além de valorizar a importância da parceria africana, como demonstra o discurso do líder chinês Xi Jinping na cerimônia de abertura da Cúpula de Pequim 2018 do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC):

No passado, a China e a África, com base nas experiências históricas similares e missão comum, avançaram na mesma direção e se ajudaram mutuamente, trilhando um caminho de amizade, cooperação e ganhos compartilhados com peculiaridades distintas (...). Os dois lados se escoram como passageiros num mesmo barco, e avançam sempre para frente. Na cooperação, a China persiste na sinceridade, amizade e tratamento igual. Os mais de 1,3 bilhão de chineses têm estado lado a lado com 1,2 bilhão de africanos na busca por um futuro compartilhado. Desde sempre, a China respeitou, amou, e apoiou a África, persistindo em não fazer cinco coisas, nomeadamente, não interferir na exploração por parte dos países africanos do caminho de desenvolvimento que corresponde às suas próprias realidades nacionais, não interferir nos assuntos internos da África, não impor a vontade própria a terceiros, não impor qualquer condição política nas assistências à África, não tirar proveitos políticos egoístas nos investimentos e financiamentos na África. (XI JINPING, 2018).

Diante do discurso de Xi Jinping, suas palavras fazem referência aos cinco princípios de coexistência pacífica, que são parte fundamental da diplomacia chinesa, de acordo com Mendes (2017), tais princípios são uma espécie de artifício para encobrir os interesses de Pequim que ecoam através da promoção de seu modelo de desenvolvimento econômico e capacidade de atração econômica. E também para vincular um fundamento de que os atores africanos são livres e autônomos sobre seus assuntos domésticos e escolhas.

Enquanto no discurso ocidental o ouvinte (África) ocupa o espaço de um agente passivo, o discurso chinês oferece uma ilusória margem de manobra para os atores africanos e sempre relembra que os antigos parceiros tradicionais não os tratam da mesma forma. Além disso, se posiciona ao lado da África contra o ocidente, partilhando do que Grosfoguel (2009) chama de projeto anti-imperialista ou anti-capitalista descolonial em paralelo com o projeto

de socialização de suas concepções. A vista disso, se apropria das normas existentes tomando partido de uma luta em conjunto. Isto pode ser visualizado no discurso de Hu Jintao:

(...) We should jointly uphold the purposes and principles of the *Charter of the United Nations*, and promote democracy in international relations and harmonious and balanced global development. We should oppose the practices of the big bullying the small, the strong domineering over the weak, and the rich oppressing the poor. (...) (HU JINTAO, 2012).

Jintao destaca a desigualdade existente entre os países do norte e do sul, demonstrando uma opinião anti-hegemonica para consolidação completa do forjamento de sua identidade. Taylor (2006) sustenta que a retórica do anti-hegemonismo é como uma força orientadora na formulação de políticas da RPC para o mundo em desenvolvimento, essa percepção tem origem nas próprias restrições da China no sistema internacional. O que não deixa de ser um ponto de união na relação sino-africana.

Nesse sentido, Kissinger (2012) argumenta que a principal diferença entre a abordagem chinesa e a ocidental é o fato de a China se dedicar aos aspectos intangíveis de hospitalidade e formas de lidar com o interlocutor. Luo apud Corkin (2014) afirma que enquanto o discurso ocidental prega a figura de “doador internacional”, a China tem cuidado ao usar frases como “prosperidade comum”, pois sugere que a China e a África dependem uma da outra. Nesse caso, a primeira adquire a imagem de nação doadora ou exploradora, e a segunda adquire a imagem de nação pobre que precisa de ajuda para se desenvolver. E o objetivo da RPC para com os países africanos é situa-los em uma condição de igualdade, ambos com poder de decisão igual.

### 3.3 A VISÃO CHINESA SOBRE A ÁFRICA

Apesar de a china demonstrar publicamente que não faz distinções entre suas relações, como é perceptível na fala do vice-ministro de relações exteriores Zhai Jun na quinta conferência ministerial do FOCAC em 2012 “*China never treats countries differently according to their sizes or wealth*”. No entanto, a sua agenda diplomática, assim como, os direcionamentos e focos seguem a linha de interesses específicos no hemisfério sul. Como demonstra Mendes a partir de um estudo feito em 2008 pela Academia Chinesa de Ciências Sociais (2010):

O relatório «Modernização da China 2008» sublinha que a RPC só deve investir em relações com países que tenham alguma das seguintes características: «ser inovador, ter muitos recursos, ter uma grande população, ter cultura, ser amigável, ou estar nos arredores da China» (MENDES, 2010, p. 2).

A vista disso, a população e os recursos naturais são os fatores principais pelos quais a China exerce uma política diplomática crescente na África e na América Latina, as quais recebem atenção diferenciada. Isso ocorre através da adoção de investimentos nessas áreas, porém com um diálogo associado ao estímulo ao desenvolvimento.

Menezes (2013) sublinha que as relações com a África correspondem ao quarto grupo na lista de prioridades diplomáticas para a China, estando em primeiro os Estados Unidos e a Rússia. E isto, claramente evidencia um tratamento diplomático diferenciado em relação às duas potências mundiais, no qual a China não precisa caracterizar uma posição de país de terceiro mundo, ao contrário, utiliza a imagem de uma potência econômica em ascensão.

Segundo Corkin (2014), as relações africanas são importantes para a China pelo fato de ser uma ferramenta importante para Pequim se diferenciar das práticas ocidentais e dos outros países em desenvolvimento e por ser uma oportunidade de exercer o *soft power* chinês e cultivar o status de “grande poder”.

Mendes (2010, p. 39) completa “no plano externo, o crescimento econômico é a base para a ascensão de grande potência, isso explica as direções contraditórias: por um lado uma atitude assertiva para legitimar o PCC no poder e obter recursos naturais. Do outro, grande pragmatismo para assegurar o papel de ator internacional responsável.” A vista desse contexto, as relações com o hemisfério sul, sobretudo com a África não deixam de abrir mão do interesse geopolítico e para isso é compreensível que a China exerça uma presença assertiva em quase todos os países do continente africano.

### 3.4 A VISÃO AFRICANA SOBRE A CHINA

Após o processo de independência e descolonização, os africanos passaram a enxergar a China como uma alternativa em relação aos países ocidentais, pois ao longo dos anos a potência asiática demonstrou ser um ator generoso e um forte aliado no cenário internacional.

Ainda nos 1970, a maior ajuda chinesa foi com a construção da ferrovia Tazara que liga a Tanzânia a Zâmbia (VISENTINI, 2010). Em 1988, a ajuda direta da China para os países da África alcançou o quantitativo de US\$ 60 milhões, já em 1990 o quantitativo saltou para US\$ 374 milhões e atualmente a ajuda direta envolve bilhões (SARAIVA, 2015). De acordo com Moyo (2009) a China tem um grande plano para se tornar a força dominante na África, através de estradas na Etiópia, oleodutos no Sudão, ferrovias na Nigéria, além de muitos outros projetos bilionários.

Visentini (2011) discorre que a oferta de prédios públicos, além de diversos tipos de construções como hospitais, escolas, centros, ministérios, são atitudes que deixam os africanos satisfeitos com a relação, como demonstra o discurso do ex-vice-presidente de Gana na abertura da quarta conferência ministerial do FOCAC em 2009:

Before I end my statement, I wish, on behalf of the government and people of Ghana to thank the Government of China for their offer to construct a new Headquarters Complex for the Ministry of Foreign Affairs and Regional Integration, to replace the offices which were destroyed by a massive fire outbreak on Wednesday, 21st October 2009. The Headquarters was severely damaged, and valuable historical records destroyed. (JOHN DRAMANI MAHAMA, 2009).

Tais ações chinesas do ponto de vista de uma agenda de compromissos denotam o fomento às forças de crescimento da África apoiado no viés da solidariedade, entretanto, não deixam de evidenciar a manifestação de um grande poder econômico que fornece condições financeiras para o gerenciamento de uma relação estável.

Em contrapartida, é de suma importância ressaltar que a receptividade da atuação chinesa não é uniforme no continente, pois existe um número diversificado de países que enxergam a política chinesa de forma positiva e negativa. Menezes (2013) aponta que a visão dos Estados africanos acerca da presença chinesa depende muito do grau político de cada um, pois existem os grupos dos países com regimes autoritários, com democracias frágeis, com economias diversificadas e a dos regimes autoritários fracassados.

Ainda segundo Menezes (2013) os regimes autoritários são mais próximos da China por duas razões, primeiro por não possuírem muita aceitação internacional, segundo que a China oferece o princípio da não interferência nos assuntos internos e isso se torna atrativo.

As democracias frágeis como de Angola e Nigéria são mais valorizadas pela China por causa da matéria prima petrolífera. A Angola segue como a maior parceira comercial da

China no fornecimento de petróleo (VISENTINI, 2011). No caso da Nigéria, além de ser dependente de receitas de petróleo, possui um bom mercado consumidor para os produtos chineses (MENEZES, 2013). Os vácuos de poder oferecem oportunidades para a China se projetar de forma mais radical por meio de um enalço econômico, onde o caminho para a obtenção de recursos para o seu desenvolvimento interno é mais largo.

Nos países com economias diversificadas, a China não é tão bem vista, pois os investimentos estrangeiros diretos representam uma forte concorrência com o mercado local. Onde a China é mais bem vinda são nos países de regimes autoritário fracassados, como no Sudão e Zimbábue, pois estes necessitam de parceria estratégica para ajuda ao desenvolvimento e investimento direto (MENEZES, 2013).

De modo geral, de acordo com Moyo (2009) em todo o continente há mais visões favoráveis do que negativas, pois os investimentos superam as críticas, porém, os africanos ao pensarem em relação a presença chinesa costumam comparar com a presença americana. Tal fato corrobora para a reflexão de que os países africanos reconhecem que na condição de países periféricos entre uma potência dominadora e outra, é mais pertinente conceder abertura a política chinesa.

Nesse seguimento, Moyo (2009) acredita que a abordagem chinesa é atrativa por dois motivos, primeiro que os chineses são mais diretos e não existem os dilemas ideológicos do ocidente, segundo que talvez os africanos estejam querendo experimentar um novo modelo de desenvolvimento que realmente funcione.

O modelo de desenvolvimento proposto pela China é denominado como Consenso de Pequim. Ao contrário do Consenso de Washington não impõe condições desfavoráveis aos países em desenvolvimento que são determinadas de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Vadell, Ramos e Neves (2014) o sistema proposto pela China é baseado na própria experiência chinesa, na qual oferece constante inovação, qualidade de vida com ênfase na sustentabilidade e autodeterminação, deixando de lado as diretrizes das instituições internacionais ocidentais.

No presente século, pode-se dizer que as relações entre a China e a África assumem uma interdependência contínua, pois como aponta Saraiva (2015) o peso da China na África se tornou permanente e o Estado chinês precisa cada vez mais da África para o seu desenvolvimento interno. Portanto, a oferta de um modelo econômico chinês favorável, assim

como, uma posição distinta nas relações bilaterais correspondentes a realidade política de cada país da África gera cada vez mais expectativas para os atores africanos.

### 3.5 A CHINA E O NEOCOLONIALISMO

Desde que a ajuda chinesa à África saiu do patamar de milhões e passou a ser de bilhões, além de vários projetos de ajuda ao desenvolvimento, a mídia e as potências ocidentais passaram a concentrar mais atenção em relação às atitudes chinesas. Os atores chineses sempre tentam desvincular a lógica de seu envolvimento de qualquer ato de neocolonialismo como é possível observar nos comentários do Vice-Ministro das Relações Exteriores, Zhai Jun, no Sétimo Fórum de *Lanting* em 2012:

- Some people say that China is plundering Africa's energy and resources and pursuing "neo-colonialism". The structure of trade between China and Africa that is based on energy and resources should indeed be improved. Meanwhile, the same situation exists between Africa and all its major trading partners. To change their economic structure that relies too heavily on energy and resources, it is essential that African countries improve their capability for self-generated development and realize diversification of economic development. The Chinese side has made active efforts and adopted a number of cooperation initiatives to this end. What should also be recognized is that despite its fast growth in recent years, China-Africa cooperation does not match that between Africa and its traditional partners in either scope or depth. (ZHAI JUN, 2012).

De modo geral, o neocolonialismo popularmente é associado à presença de potências estrangeiras, especialmente as ocidentais no território africano. Segundo Lumumba-Kasongo (2011) o neocolonialismo se distingue do colonialismo clássico apenas no sentido de que é uma ideologia aplicada a um tempo e espaço distinto com os mesmos ou diferentes atores. De acordo com Nkrumah apud Antwi-Boateng (2017, p. 179) “*The essence of neo-colonialism is that the state which is subject to it is, in theory, independent and has all the outward trappings of international sovereignty. In reality its economic system and thus its political policy is directed from outside*”.

Dessa maneira, é essencial julgar que este termo é adaptável, porém envolve diversas variações como afirma Antwi-Boateng (2017):

First, in extreme cases, a foreign power may station its troops in a neo-colonial state and directly control the government. Second, the conventional form is for a foreign power to exercise neo-colonialist control over a developing country via economic or monetary means. Third, the neo-colonialist state could be restricted to solely serving

as the market for the manufactured products of the neo-colonialist power. Fourth, the neo-colonialist power could control governmental policy in the neocolonialist state through financial contributions towards the cost of administrating the neocolonialist state (ANTWI-BOATENG, 2017, p.180).

Entre as definições citadas acima, as que mais se encaixam no contexto do engajamento chinês são a segunda e a terceira. A segunda que postula o meio convencional de controle financeiro e econômico pode ser percebida pelo estabelecimento do consenso de Pequim. Segundo Vadell, Ramos e Neves (2014) o modelo de desenvolvimento proposto pela China aos países em desenvolvimento convém alinhar suas economias à economia chinesa, através da concessão de empréstimos e financiamento de projetos em consonância com a realidade de tais países. Portanto, a China seria uma opção viável para países da África e a América Latina que dependem do sistema do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Entretanto, os países do sul automaticamente trocariam o domínio do sistema ocidental financeiro pelo domínio do sistema chinês.

A terceira postula que o Estado neocolonialista restringe o Estado neocolonizado a ser um mercado consumidor para seus produtos manufaturados. Neste caso, a África possui um mercado consumidor propício para os manufaturados chineses, pois os preços dos produtos correspondem ao poder de compra relativamente baixo dos consumidores (VISENTINI, 2011; OURIQUES, 2014). Desse modo, como assinala Mbeki apud Menezes (2013, p. 165) “enquanto a África somente exportar produtos primários para a China e importar bens manufaturados, o continente africano estará condenado ao subdesenvolvimento”.

A partir da análise das definições, pode-se supor que a relação sino-africana tem em sua base as trocas comerciais como fator preponderante para o exercício do domínio chinês. Então, seria pertinente interpretar que ao mesmo tempo em que a China logra de estratégias diplomáticas para ter os países pós-coloniais em sua aba de influência, tais países enxergam a parceria chinesa como uma possibilidade e oportunidade de crescimento, pois como afirmam Vadell, Ramos e Neves (2014) o consenso de Pequim oferece maior margem de autonomia política para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, caracteriza o que Said (2011) postula em relação ao ambiente em que o ex-colonizado se depara, ao mesmo tempo em que o Estado, no caso os países africanos pensam que estão rompendo com a opressão colonial moderna se distanciando do FMI e tomando partido em suas próprias

decisões econômicas, estão automaticamente entrando em outro sistema de exploração, caracterizada pela dependência ou escolha do modelo de desenvolvimento chinês.

Por outro lado, Krishna (2009) ao analisar os significados do termo “pós-colonial”, encontra uma diferença fundamental entre o neocolonialismo do ex-líder de Gana Nkrumah e o termo pós-colonialismo usado pelo estudioso marxista Hamza Alavi. A autora destaca que enquanto o neocolonialismo enfatiza o fato de que as potências coloniais ocidentais continuaram a exercer controle político e econômico sobre suas ex-colônias, mesmo após a independência, o termo atribui à culpa do subdesenvolvimento dos países ex-colonizados aos antigos poderes coloniais, diminuindo o papel das elites locais. Em contraponto, o pós-colonialismo de Alavi não diminui a importância da independência ou a descolonização, também não culpa somente o ocidente, mas a interação entre os Estados e as elites dentro das nações do terceiro mundo (KRISHNA, 2009). A vista disso, sobre as acusações de neocolonialismo por parte da China, o Zhai Jun comenta:

- Some say that China has moved other people's "cheese" as it strengthens relations with Africa and damaged other countries' interests there. I wish to point out that Africa belongs to the Africans; it is not anyone's "cheese". Any country that wishes to develop cooperation with Africa must respect the ownership of African countries. In a globalized world, countries' destinies are closely linked. China's relations with Africa are open and inclusive. It is all about cooperation rather than confrontation with any third party. China-Africa relations have delivered tangible benefits to Africa's development. And Africa's development is good for the whole world, including for other countries' cooperation with Africa. (ZHAI JUN, 2012).

As palavras de Zhai Jun refletem um cenário construído pelos atores chineses e africanos, no qual o espaço diplomático representa um suposto esforço para superar o subdesenvolvimento e um receio pelos parceiros tradicionais. No entanto, no âmbito das relações bilaterais, as atitudes chinesas perante as elites africanas não se diferenciam das atitudes do passado, segundo Mendes (2010) uma forte característica da presença chinesa na África é o relacionamento com as elites locais. A respeito disso, Zakaria<sup>8</sup> (2012) ao rebater o posicionamento de David Li no debate Munk realizado em Toronto acrescenta:

(...) David parece ter dito que os investimentos da China na África são bastante populares. Acho que seria mais acertado dizer que os investimentos da China na África são bastantes populares entre os ditadores [da África]. Fui ao Quênia há um ano e perguntei a um grupo de parlamentares quenianos qual era a sua principal preocupação – estávamos conversando sobre democracia e direitos humanos –, e eles disseram que sua única grande preocupação é o envolvimento da China com o

---

<sup>8</sup> Jornalista americano - em 2010 foi denominado pela revista *Foreign Policy* como um dos maiores pensadores do mundo; apresentador da CNN sobre assuntos domésticos e internacionais. Mais informações disponível em: <<https://fareedzakaria.com/about>> acesso em 03 de out. 2018.

governo africano para fazer acordos com os ditadores, sem fazer perguntas nem ligar para os direitos humanos. Pode haver certo exagero nisso, mas certamente eles têm motivo para se preocupar quanto ao aspecto geopolítico a longo prazo (ZAKARIA, 2012, p. 49).

Conforme os conceitos evidenciados e de acordo com a afirmação de Zakaria, mesmo que a China nunca tenha anteriormente colonizado um país africano no sentido tradicional e concedido independência a algum deles ou explorado o solo africano no sentido agrícola para exportação intensiva, seus interesses econômicos e financeiros, bem como as relações com a elite africana e com o governo se encaixam tanto no enquadramento de Nkrumah, como no de Alavi.

Portanto, compreende-se no contexto africano, que o termo “neocolonialismo” ou “pós-colonialismo” mesmo com aspectos distintos, em suma, ambos configuram a mesma ideia de que a região possui uma condição atrelada à dominação por fatores externos e internos. Mesmo após os processos de descolonização e independência, os estados africanos sobrevivem ainda em uma condição frágil associada a poderes internacionais que sustentam a condição de periferia, tornando-a suscetível a interesses. Isto pode ser relacionado a uma reflexão de Said (1990) em relação à condição das regiões subordinadas ao ocidente, no qual o espaço das regiões mais fracas ou subdesenvolvidas como o oriente (África) aos olhos do ocidente (ou países emergentes) é como um convite à penetração e a exploração.

### 3.6 COOPERAÇÃO AGRÍCOLA SINO-AFRICANA: UMA RELAÇÃO DE GANHOS MÚTUOS?

A cooperação ao desenvolvimento agrícola é uma das estratégias de inserção chinesa mais bem-vinda na África. Em uma nova conjuntura da política mundial composta por Estados soberanos e independentes, as práticas hegemônicas adquiriram novas formas. Apesar de o colonialismo clássico ter se extinguido, ainda permanece a luta dos Estados para atender aos seus interesses. Desse modo, a projeção chinesa na África adquire o formato de altruísmo não apenas para seguir o padrão de uma agenda ao desenvolvimento, mas para corresponder às normas e instituições que protegem os Estados. Dessa maneira, Said (2011) afirma:

(...) o ciclo imperial do século XIX parece se repetir em alguns aspectos, embora hoje não exista nenhum grande espaço vazio, nenhuma fronteira a expandir, nenhuma nova e atraente colônia a fundar. Vivemos num único ambiente global com uma quantidade enorme de pressões ecológicas, econômicas, sociais e políticas forçando esse tecido apenas vagamente percebido, basicamente incompreendido e não interpretado (SAID, 2011, p. 41).

Embora, a era de exploração desenfreada no continente africano tenha passado, Saraiva (2015) afirma que as ex-metropóles continuam atentas às ex-colônias por meio de um sistema de Estados, instituições multilaterais, grandes empresas e produtores de cultura que estão acompanhando de perto os passos, as escolhas políticas e o desenvolvimento social da África. Em tese, segundo Grovogui (2002) o colonialismo no cenário atual se manifesta de acordo com diferentes trajetórias coloniais, modos de administração, bem como a participação das populações sujeitas na economia, política e produção de conhecimento. Nesse sentido, ao contrário dos ex-colonos, as estratégias da China coincidem com os interesses políticos e econômicos dos atores africanos, fazendo jus ao que Said afirma sobre o tecido que passa despercebido.

As discussões em torno do engajamento chinês na África até então, preveem um ativismo pacífico centrado nos problemas do subdesenvolvimento da África e uma relação enquadrada na modalidade de cooperação sul-sul. Entre esses aspectos, uma das principais questões, que implica diretamente na superação da pobreza no continente africano é a insegurança alimentar. Os compromissos chineses no campo da agricultura a partir de um ponto de vista positivo e otimista presumem uma esperança ao desenvolvimento, e é justamente a perspectiva de desenvolvimento que implica no ponto chave da questão, pois os chineses se apresentam na condição de “salvadores” ou como modelo de desenvolvimento e superação para que os países africanos possam se espelhar. É interessante visualizar melhor este pensamento a partir da afirmação de Li (2012):

(...) a ascensão da China deu esperança a quem vive nas regiões pobres do mundo, como a África e outras áreas subdesenvolvidas. As pessoas que vivem nessas localidades pensam: “A China era um país pobre, limitado a seus recursos naturais. Se a China conseguiu, nós também podemos conseguir.” Ou seja, estamos dando esperança a uma grande parcela das pessoas pobres do mundo (LI, 2012, p. 24).

É de acordo com essa narrativa que a China se insere no âmbito da agricultura no continente africano, através do compartilhamento da sua própria experiência como nação pobre que superou a fome através de medidas que impulsionaram o seu desenvolvimento. No entanto, para se destacar dos atores tradicionais, a China não invoca somente a condição de

ajuda internacional, mas também, toma partido dos problemas da África, elevando assim o grau de importância de se estar ao lado da China. E isso pode ser observado a partir do discurso do premier chinês Wen Jiabao na quinta conferência do FOCAC realizada em Pequim em 2012 com empresários chineses e africanos:

- We should jointly manage food crisis. We should continue to take agriculture and food security as a priority in China-Africa cooperation to lay a solid foundation to ensure economic and social development in Africa. China will, as called for by Africa, help African countries improve capacity for food production and processing by increasing trade, investment, aid and technological cooperation. We will build more agricultural demonstration centers for Africa, continue to send agro-technical groups to share technology and experience of agricultural production with African countries, and provide emergency food aid to African countries to the best of our ability (WEN JIABAO, 2012).

De acordo com Buckley (2013), as suposições chinesas acerca de um padrão viável de autossuficiência alimentar moldam as políticas agrícolas para a África, influenciando na estrutura de ajuda e investimento. A questão principal é que a ajuda chinesa parece não atender as expectativas da população, segundo Chichava e Fingerhann (2015) os centros de demonstração de tecnologia agrícolas chineses que são fundamentais para pesquisa e apoio a segurança alimentar, em sua maioria testam sementes chinesas e não sementes de alimentos nacionais<sup>9</sup>. Nesse ritmo, Brautigam (2015) também argumenta que a modalidade de agricultura chinesa parece não levar em conta os desafios das realidades locais.

Pode-se afirmar que, a razão preliminar da cooperação agrícola sino-africana aparentemente parte de uma parceria complementar, que pode ser percebida por meio do discurso do embaixador chinês Yang Youming na Cúpula de Cooperação e desenvolvimento da agricultura:

In a word, Zambia is endowed with favourable natural conditions for the development of agriculture. On the other hand, China has a cutting edge in capital, technology and experience. That means the two countries are highly complementary for agricultural cooperation (YANG YOUMING, 2017).

No contexto do discurso do embaixador, a Zâmbia é apresentada como exemplo. A mensagem é clara, a China possui o capital e a experiência que a África precisa para desenvolver sua agricultura. Diante dessa realidade, um dos aspectos mais importantes da

---

<sup>9</sup> No caso da pesquisa são sementes moçambicanas, mas a questão da não utilização de sementes nacionais segundo Brautigam (2015) se perpetua por outros países africanos que recebem os centros de demonstração de tecnologia chineses.

retórica chinesa é a relação de ganhos mútuos, nesse ponto, qual a perspectiva de ganhos mútuos para ambos? E o mais importante, ganhos mútuos para quem?

Para responder a essas questões, considerando as reflexões de Said (2011) a respeito das novas formas de imperialismo, é determinante considerar que na relação sino-africana, ambas as partes invocam uma experiência de ex-sociedades colonizadas e por isso a relação deve persistir em uma reciprocidade. Todavia, os valores e princípios da retórica da relação estão subordinados a uma união de interesses dos atores envolvidos.

O princípio dos “benefícios mútuos” é usado diplomaticamente para estabelecer uma condição de iguais, de ganhos iguais, mas na realidade são mundos bem diferentes; a China é considerada uma das maiores economias do mundo e a África, apesar das conquistas e diversificação da economia de seus países, ainda possui um déficit tocante no seu subdesenvolvimento. Segundo o relatório anual das condições da África – *Africa Progress Report* publicou em 2014 “*Agriculture remains the Achilles’ heel of Africa’s development success story*”. Desse maneira, não é difícil entender que o setor agrícola, mais do que obras de investimento ou construções de prédios públicos é um setor fundamental que parece atrofiar a condição de desenvolvimento e progresso da África.

Nesse sentido, Mendes (2010) determina que para analisar o impacto da cooperação chinesa é necessário avaliar dois grupos genéricos: os líderes (elite) e as populações. Logo, ainda na indagação das perspectivas de ganhos mútuos, é crucial observar a resposta dessa questão nos trechos retirados do *Africa Progress Report 2014*, o primeiro é do presidente do Senegal Macky Sall: “*Africa is a land of opportunity ... business opportunities are there, growth is there and the population is there.*”. O segundo é do presidente do comitê dos Pescadores do Senegal Issa Fall: “*Families have lived off fish for generations...but fish stocks have been reduced. Our revenues have come down. We used to be able to save a bit for our children’s education or to fix our boats but it has now become harder to make ends meet.*”

Tal situação reflete um dos acordos assinados por Macky Sall para permitir a pesca nas águas do Senegal para indústrias estrangeiras. De acordo com uma matéria publicada pelo jornal *le monde diplomatique Brasil* em 2018, desde que o acordo assinado pelo presidente senegalês expirou, navios de pesca continuaram a praticar a pesca ilegal, porém, o presidente sancionou leis de sérias multas para quem voltasse com as atividades. Desde então, com a ajuda de organizações ambientais é possível monitorar os países que efetuam a pilhagem de

peixes de modo ilegal. Segundo dados da reportagem, em 2017 mais da metade dos navios interceptados foram registrados na China e outros da Europa e Coréia do Sul.

Retomando a análise, o primeiro trecho parece representar uma mensagem de entusiasmo por parte do presidente para atração de investimentos, na qual a África possui terras, mão de obra, mercado consumidor e oportunidades favoráveis para negócios, tornando um território atrativo para outros países. Enquanto ao segundo trecho, este transmite uma mensagem de lamentação do pescador que neste caso representa a população local, no qual é compreensível que a atração de investimentos não beneficia diretamente a população, ao contrário, prejudica, pois as empresas estrangeiras não respeitam as normas ambientais e retiram o máximo que podem de recursos. Ou seja, o território africano ainda persiste na condição de exploração e a partir dos dados da reportagem do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, a China pertence a esse grupo de países exploradores.

Ademais, a partir dessa situação é importante entender a diferença da perspectiva de ganhos mútuos, a lógica interessa bastante à elite que age como intermediadora entre o discurso e a transferência de ajuda e investimentos estrangeiros. Neste caso, é interessante refletir a respeito do conceito de representação discutido por Spivak (2010), no qual a “identidade dos interesses” dos proprietários citado por ela – neste caso, os líderes africanos, não conseguem produzir o sentimento de uma comunidade, de laços nacionais, de ganhos em comum com a comunidade. A representação no caso seria apenas uma figura retórica, que segundo ela ocupa “(...) seu lugar no espaço entre a formação de uma classe (descritiva) e a não formação de uma classe (transformadora)” (SPIVAK, 2010, p. 17).

Diante desse contexto, a visão dos atores africanos em relação ao desenvolvimento do continente parece estar associada ao desenvolvimento da economia favorecendo a forças externas. Comparando ao modelo de crescimento chinês, o governo primeiro acumulou forças produtivas internas para lançar as bases para o capital estrangeiro – em suma se organizou internamente e desenvolveu o setor mais deficiente (a agricultura). Enquanto na África, a posição do presidente demonstra ignorar os setores mais ligados aos níveis de renda da população e ao desenvolvimento do próprio país. A noção de crescimento envolve uma lógica que interessa somente a uma classe dominante o que impossibilita de enxergar a condição da população pobre.

Ainda segundo o relatório do *Africa Progress Report*, o ativista político Kofi Annan retrata que as fontes da desnutrição no continente africano são resultados de falhas da liderança política da África, pois os agricultores e pescadores enfrentam os mesmos desafios e necessitam da oportunidade de crescimento, mas eles precisam que seus governantes demonstrem a ambição quanto a isso e principalmente os representem para que juntos possam superar a insegurança alimentar. No entanto, não é exatamente o que ocorre.

Os representantes africanos reproduzem os interesses da elite, assim como as companhias chinesas lidam com o interesse de uma classe média. Nesse ponto, fica comprovado que o discurso de desenvolvimento empregado por ambos os lados da relação China-África não representam uma nação (africana) que ainda não superou a desigualdade e ainda continua com o desenvolvimento agrícola atrofiado a paradigmas coloniais. A relação é motivada pelo lucro e publicamente é estabelecida como uma parceria ao desenvolvimento.

E nessa equação, entre compromisso e benefícios mútuos, o ciclo de ajuda ao desenvolvimento não passa de um pano de fundo para os reais interesses da China. De acordo com uma matéria publicada pelo jornal *New York Times* (2017) intitulada como *Is China The World's New Colonial Power?* Calle Schlettwein – ministra de finanças da Namíbia afirma em uma entrevista “*The Chinese say, ‘We want you to be masters of your own destiny, so tell us what you want’.*” No caso, os chineses fornecem financiamentos, alívio de dívidas, seu próprio modelo de desenvolvimento agrícola, bem como centenas de especialistas para se dedicarem ao ambiente local, além de muitos outros benefícios, mas com um custo diz a ministra: “*They want de facto total control over everything, so its’s difficult to bring about a situation that is truly beneficial.*”. A partir desta afirmação é notório o fato da presença chinesa ser quase onipresente na África; na área financeira, política, agrícola, social, em todas as áreas, como um pacote completo de ajuda, porém, isso envolve os direitos de usufruir de todos os recursos.

Em uma perspectiva histórica, uma das maiores diferenças entre o envolvimento europeu e o envolvimento chinês no continente africano são os contextos distintos, na qual se encontram estruturas internacionais diferentes (ANTWI-BOATENG, 2017). Enquanto o primeiro é caracterizado pelo controle territorial e uso da força, além do controle político e econômico direto em um cenário onde as normas eram ditadas pelas próprias potências imperialistas; o segundo é caracterizado por um controle econômico e político indireto em um

cenário proveniente de regras e normas que regem os direitos dos Estados, além da existência de outros instrumentos para estabelecer influência como a cooperação.

Em comparação, desde o final do século XIX a China tem despontado como um ator econômico e político global. Desde a criação do Fórum de Cooperação China-África, a presença chinesa na África passou a se intensificar por motivos comerciais (TAYLOR, 2006). Antwi-Boateng (2017) aponta que ao contrário da colonização europeia, o envolvimento chinês é restringido por fatores estruturais internos e externos, como por exemplo, fatores domésticos ligados à identidade e política externa chinesa e os resquícios da experiência colonial presentes na África.

A condição atual do continente africano pode ser explicada a partir do que Said (2011) chama de “resistência secundária” ou “resistência ideológica”, enquanto a resistência primária lidava com a intromissão externa, a segunda segue na tentativa de reconstruir uma comunidade que tem o sentido de restaurar uma defesa contra as opressões coloniais, entretanto, permite a entrada de novos interesses independentes. Ou seja, a presença ocidental no passado exercia a exploração desenfreada e ainda hoje exerce através de tropas militares ou tentativa de controle político ou exploração econômica e está associada a intromissão externa e a resistência primária. Enquanto a presença chinesa, esta ocorre de forma ideológica, sem interferências físicas, apenas através do discurso e do consentimento das partes dominadas para adentrar no território, assim, constitui a resistência secundária.

A partir das definições e análises apresentadas neste capítulo é possível compreender que o engajamento chinês no continente africano pode ser classificado como uma prática neocolonialista. Pois, as intenções de exploração por parte da China contam com o apoio legal dos representantes africanos que simultaneamente se beneficiam dessa relação no âmbito interno e externo. O setor agrícola no discurso chinês apenas funciona a termos de compromisso, os chineses prometem desenvolver as bases da agricultura africana para que eles possam seguir sozinhos e progredir no desenvolvimento, no entanto, o outro lado que também são os governantes que também deveriam exercer a mesma posição compactua com a condição de interdependência sob o domínio chinês.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico da China a partir da década de 1980 ocorreu graças a um modelo de gestão agrícola baseado no controle da produção e incentivo ao mercado. Por muitos anos a China era considerada um país atrasado e preso a uma condição agrária que condicionava à população a pobreza. No entanto, a partir de reformas no sistema agrícola e nas políticas econômicas em pouco tempo a China conquistou altos índices de produtividade e retorno financeiro. Dessa forma, foi possível fomentar a industrialização e aproveitar a enorme quantidade de mão de obra existente para lidar com os recursos do solo chinês, além de preparar o país para abertura ao capital estrangeiro.

Como consequência do rápido crescimento, algumas famílias camponesas puderam estabelecer empreendimentos autônomos e gerar perspectivas para o mercado internacional como a exportação de bens agrícolas. Com a instalação de Zonas Econômicas Especiais, a China pôde absorver tecnologia e atrair investimento estrangeiro para o desenvolvimento de uma indústria de base. Por outro lado, as consequências do crescimento econômico geraram altos índices da degradação do solo, diminuição de terras agricultáveis com a extensão da urbanização, além de manchas de pobreza. A quantidade de pessoas desempregadas no campo também auxiliou no processo de urbanização com a migração para as áreas urbanas e com isso a dieta das famílias foi se modificando e a demanda por grãos passou a aumentar de acordo com o poder aquisitivo de cada família.

Nos dias atuais, a China pode ser considerada a segunda maior economia do mundo, pois ao longo dos anos desenvolveu um sistema de mercado único com características chinesas e sem perder de vista o viés centralizador do Partido Comunista da China (PCC). No entanto, apesar das muitas conquistas no comércio internacional ainda prevalece como preocupação central do governo a manutenção dos níveis do desenvolvimento interno que estão diretamente associados à sustentabilidade da indústria e da segurança alimentar. Portanto, o controle da agricultura e dos níveis de poluição e a tentativa de adotar um desenvolvimento verde são considerados medidas prioritárias. Estes aspectos têm levado diversos estudiosos a crer que China tenha que buscar matérias primas no mercado externo para garantir a sua própria sobrevivência.

Desde o começo da modernização chinesa e abertura ao comércio exterior, o país tem constantemente se projetado em países em desenvolvimento, especialmente na África. Os rumores da forte presença chinesa no continente africano têm alimentado muitas agendas de debates acerca da suposição de que a China busca terras férteis na África com a finalidade de exportar alimentos para sua própria população. Além de traçar planos mais audaciosos para afastar a influência ocidental.

Ao longo dos anos, a relação entre a China e a África não esteve veiculada a oportunismo e a China nunca priorizou a parceria com a África em sua agenda diplomática. Entretanto, após alguns episódios históricos, a China se reaproximou dos países africanos pela semelhança de valores e necessidades de comércio, desse modo alterou sua agenda de compromisso para manter laços cada vez mais estreitos com a África, como resultado, ocorreu a criação do Fórum de Cooperação China-África, que desde então é utilizado como uma plataforma multilateral para a China projetar poder influência.

A partir de uma análise da política externa chinesa foi possível compreender que a China nutre um sentimento de superioridade e almeja uma posição de destaque no sistema internacional. Para isso, investe no relacionamento com os países da África para alcançar seus dois maiores objetivos que são a manutenção dos níveis de desenvolvimento econômico e manutenção da estabilidade política e social. O primeiro está diretamente ligado à segurança alimentar e econômica da China e o segundo está associado à imagem da China no ambiente internacional.

A china projeta seu modelo de agricultura na África por meio dos compromissos e por meio de investimentos estrangeiros associados à lógica da cooperação. Tendo em vista demonstrar para a comunidade internacional que seu modelo de gestão agrícola é eficiente, enquanto outros modelos aplicados na África não foram capazes de ajudar o continente a alcançar níveis básicos de segurança alimentar. Entretanto, entre os diversos compromissos assumidos, estudiosos comprovam que a tentativa de implementar uma gestão eficaz nos países africanos até então tem enfrentado diversos problemas. Alguns projetos estão inacabados não recebem tanta atenção do governo chinês, os centros de transferência de demonstração de tecnologia que são a marca da ajuda chinesa não cumprem a maioria de seus objetivos que é o destaque a pesquisa de sementes e o desenvolvimento de uma gestão eficiente para o emprego de técnicas mais eficazes de cultivo.

A partir de dados estatísticos e contribuições de pesquisadores que fizeram suas investigações no campo da agricultura para avaliar os investimentos chineses na África, foi constatado que os investimentos são muito menores do que o divulgado pela mídia e por autoridades chinesas, desmitificando a tese de que a China convive em um estágio desesperador por terras para evitar o comprometimento de sua segurança alimentar. Por outro lado, a tese da busca por matérias primas para o abastecimento da indústria parece se concretizar por meio da demonstração de dados de exportação.

Um elemento fundamental da projeção chinesa na África é a construção da relação no âmbito diplomático. Pois a retórica da relação sino-africana concilia aspectos históricos e anti-hegemônicos. A tendência articulada pelos atores chineses é que os países em desenvolvimento se unam e possam atender as suas necessidades através de um desenvolvimento em conjunto. A arquitetura da relação sino-africana é feita através do Fórum de cooperação China-África que reúne a maioria dos países africanos para estabelecerem parceria com a China.

A divulgação de números de investimentos e agenda de compromisso para o âmbito agrícola estimula a comunidade internacional a pensar que a China possui um constante interesse nas terras da África, quando na verdade o governo chinês apenas exporta a ideia de um desenvolvimento para um dos setores mais deficitários da África.

A China possui um projeto a longo prazo, por mais que atualmente os agricultores chineses não utilizem o solo africano para produzir alimentos para a China, no futuro é provável que isso aconteça. Pois, através de um laço estreito de confiança e reciprocidade com as autoridades africanas a China tem conquistado plenos direitos sobre o uso dos recursos naturais. Além do mais, os poucos recursos naturais existentes na China já dão sinais de desgaste e apesar de o governo chinês controlar o consumo interno e o crescimento da população, a estimativa é que a população chinesa aumente em termos exponenciais até 2050.

Atualmente a China é o maior parceiro comercial da África. Em termos de comércio, a África Subsaariana exporta uma quantidade crescente de minerais para a China todos os anos e na mesma proporção importa uma enorme quantidade de produtos manufaturados chineses. Enquanto o setor agrícola permanece deficitário, obteve alguns pequenos ganhos ao longo do século, no entanto, a África continua na condição de produzir o que não consome e importar o que mais precisa que são os alimentos.

A partir de um ponto de vista pós-colonial foi possível compreender que a China molda a sua identidade nas relações com a África e incorpora a imagem de um país em desenvolvimento, desse modo, articula a ideia de que assim como a África precisa da China, a China também precisa da África, portanto, ambas as nações devem crescer juntas e a China se compromete a ajudar África a sair da condição da mais extrema pobreza, compartilhando sua experiência e aprendizado.

Diplomaticamente a relação sino-africana é enquadrada pelo discurso chinês como uma relação sul-sul. Entretanto, na realidade a China teve que improvisar seus compromissos para a África para poder inserir-se mais rapidamente no continente. Por meio de uma perspectiva histórica e avaliação de conceitos, a estratégia chinesa pode ser considerada de cunho neocolonialista, pois as negociações ocorrem diretamente com a elite africana. E a partir de uma análise mais profunda da perspectiva de ganhos mútuos, a China absorve muito mais ganhos do que a África, perpetuando uma relação de potência colonialista que negocia diretamente com os líderes do Estado neocolonizado. A única diferença entre a relação sino-africana e as antigas relações com potências colonialistas é o contexto em que estas ocorrem. A China reconhece que sua política de dominação é restringida por normas que protegem os Estados, por isso recorre a cooperação como estratégia de inserção.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados através de estudos de campo publicados recentemente que enfocam o que há por trás da relação China-África no campo da agricultura, além de artigos de revistas eletrônicas que compartilham de entrevistas com especialistas chineses, análises da construção dos discursos no Focac para entender a dimensão da relação e da projeção de poder. Além disso, um estudo do histórico da relação sino-africana e do passado chinês foi de suma importância para entender a forma como a China se relaciona no ambiente internacional e desse modo é possível entender suas pretensões e visão a longo prazo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICA PROGRESS REPORT (2014). Grain Fish Money: Financing Africa's Green and Blue7 Revolutions. Disponível em: <[https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Africa\\_Progress\\_Report\\_2014.PDF](https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Africa_Progress_Report_2014.PDF)>. Acesso em: 15 set. 2018.

ALDEN, Chris; ALVES, Ana Cristina. **History and identity in the construction of China's Africa policy**. Review of African Political Economy, No. 115 pp. 43–68, 2008.

ANTWI-BOATENG, Osman. **New World Order Neo-Colonialism: A Contextual Comparison of Contemporary China and European Colonization in Africa**. In: *Africology: The Journal of Pan African Studies*, vol.10, no.2, abri. 2017.

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures**. London: Routledge, 2002.

AZEVEDO, Cesar Augusto Lambert De. **Reflexões sobre a emergência chinesa**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Brasil, v. 4, n. 7, p. 173-197, jan./jun. 2015.

BRAUTIGAM, D. *Will Africa Feed China?* Oxford University Press, Nova York: 2015.

BRAUTIGAM, D. **China, Africa, Agriculture And Labor Markets**. In: Development Policy Research Unit, Organized World Bank Group, University of Cape Town, 2014. Disponível em: <[http://www.dpru.uct.ac.za/sites/default/files/image\\_tool/images/36/Publications/Policy\\_Briefs/DPRU%20PB%2014-34.pdf](http://www.dpru.uct.ac.za/sites/default/files/image_tool/images/36/Publications/Policy_Briefs/DPRU%20PB%2014-34.pdf)> Acesso em 20 dez. 2017.

BOAHEN. Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN. Albert Adu (org.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010. v.7, cap. 1, p. 01-22.

BUCKLEY, L. et al. **Chinese agriculture in Africa: Perspectives of Chinese agronomists on agricultural aid**. Discussion Paper, London, n. 2, p. 1-28, jan. 2017.

BUCKLEY, L. **Chinese Agriculture Goes Global: food security for all?** *IIED Briefings*, 2012.

BUCKLEY. L. **Chinese Agriculture Development Cooperation in Africa: narratives and politics**. *IDS Bulletin*, v. 44, n. 4, 2013, pp. 42-52.

CHANG-SHENG, Shu. **Do Grande Salto para Frente à Grande Fome: China de 1958-1962**. In: Diálogos, DH /UEM, v. 8, n.1, p. 107-129, 2004.

CHICHAVA, Sergio; FINGERMAN, Natalia Noschese. **A Cooperação Sul-Sul do Brasil e da China no setor agrícola: uma análise comparada em Moçambique: CITTAU e ProALIMENTOS**. Boletim Meridiano 47, v. 16, n. 152, p. 21-28, nov./dez. 2015.

CINTRA, Marcos Antonio M; PINTO, Eduardo Costa. **China em transformação:** transição e estratégias de desenvolvimento. In: Revista de Economia Política, V. 37, n 2, p. 381-400, abril-junho, 2017.

COELHO, Diego Bonaldo; MASIERO, Gilmar; CASEIRO, Luiz. **A ascensão da China e seus reflexos no Brasil:** fundamentos e evidências para uma estratégia de desenvolvimento. In: Revista Brasileira Inov. Campinas, São Paulo, 2015.

CORKIN, Lucy Jane. **China's rising Soft Power:** the role of rhetoric in constructing China-Africa relations. Revista Brasileira de Política Internacional 57 (special edition): 49-72, 2014.

CASANOVA, Carlos; NIZARD, Ruben. China-Africa: **Will the marriage of convenience last?** In: Coface Economic Publications, 2017. Disponível em: < <http://www.coface.be/News-and-Publications/Publications/China-Africa-Will-the-marriage-of-convenience-last>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

DAMAS, Roberto Dumas. **Economia Chinesa:** transformações, rumos e necessidades de balanceamento do modelo econômico da China. São Paulo: Saint Paul Editora, 2014.

DIRLIK, Arif. **A aura pós-colonial:** a crítica terceiro-mundista na era do capitalismo global. In: *Novos Estudos*, São Paulo, v. 49, n. 121321321, p.7-49, nov. 1997.

EKAMN, Sigrid. Mito e realidade: o envolvimento chinês no sector agrícola de Moçambique. In: Sérgio Chichava; Chris Alden (org.). **A Mamba e o Dragão Relações Moçambique - China em perspectiva.** IESE, 2012.

FUKASE, Emiko; MARTIN, Will. **Who Will Feed China in the 21<sup>st</sup> Century?** Income Growth and Food Demand and Supply in China. In: Journal of Agricultural Economics, Vol. 67, No. 1, 2016, 3–23.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os Estudos de Economia Política e os estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org). **Epistemologias do Sul.** Almedina, 2009. p. 383-418.

GROVOGUI, Siba N. Postcolonial criticism: international reality and modes of inquiry. En: Chowdhry, Geeta; Nair, Sheila. **Power, postcolonialism and international relations: Reading race, gender and class.** London: Routledge. p. 33-55, 2002.

GUIMARÃES, Alexandre Q. **A Economia Política Do Modelo Econômico Chinês:** O Estado, O Mercado e Os Principais Desafios. In: Revista de Sociologia Política, Curitiba, V. 19 n. supl.1, p. 131-141, nov. 2011.

GUOYING, Dang. Realizações agrícolas e reforma rural na nova China. In: B. Belluci, **Abrindo os Olhos para a China,** Rio de Janeiro: Editora Universitária Candido Mendes, 2004, p. 159-190.

HOLDAWAY, Jennifer. **Urbanisation, rural transformations and food security:** The view from China. IED Working Paper. IIED, London. 2015.

HONG-MING, Z. A Política Chinesa na África. In: B. Belluci, **Abrindo os olhos para a China**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Candido Mendes. 2004, p. 233-295.

HU JINTAO. Open Up New Prospects for a New Type of China-Africa Strategic Partnership. **Discurso do presidente Chinês na cerimônia de abertura da quinta conferência ministerial do Fórum de Cooperação China-África**. Pequim, 19 jul. 2012. Disponível em: <[https://www.focac.org/eng/zywx\\_1/zyjh/t953172.htm](https://www.focac.org/eng/zywx_1/zyjh/t953172.htm)> Acesso em: 12 set. de 2018.

JIANG ZEMIN. China and Africa-Usher in the New Century Together. **Discurso na cerimônia de abertura do Fórum de Cooperação China-África**. Pequim, 10 de out. 2000. Disponível em: <[https://www.focac.org/eng/zywx\\_1/zyjh/t606804.htm](https://www.focac.org/eng/zywx_1/zyjh/t606804.htm)> Acesso em: 18 set. 2018.

JOHN DRAMANI MAHAMA. Statement by H.E. The Vice President of the Republic of Ghana at the opening ceremony of 4th Ministerial Conference of Forum of China-Africa Cooperation (FOCAC). Sharm El Sheik, 08 Nov. 2009. Disponível em: <[https://www.focac.org/eng/zywx\\_1/zyjh/t632435.htm](https://www.focac.org/eng/zywx_1/zyjh/t632435.htm)> Acesso em 22 de set. 2018.

KISSINGER, Henry et al. **O século XXI pertence à China?: Um debate sobre a grande potência asiática**. Tradução Bruno Alexander. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KRISHNA, Sankaran. **Globalization and postcolonialism: hegemony and resistance in the twenty-first**. Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **A industrialização de áreas agrícolas na China: Uma consequência do recente desenvolvimento chinês**. In: Revista economia política, São Paulo, n 36, p. 91-116, out. 2013.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **A pilhagem de peixes da África**. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-pilhagem-de-peixes-da-africa/>>. Acesso em: 15 set. 2018.

LUMUMBA-KASONGO, Tucumbi. **China-Africa Relations: A Neo-Imperialism or a Neo-Colonialism? A Reflection**. In: African and Asian Studies, n 10, p. 234-266, 2011.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos internos**. Brasília: FUNAG, 2010.

MADDISON, A. **Chinese Economic performance in the long run**. 2 nd. Edition, revised and updated 960-2030. Paris: Oecd, 2007.

MAMIGONIAN, Armen. **As bases naturais e sociais da civilização chinesa**. In: Geografia Econômica – Anais de Geografia Econômica e Social. Florianópolis, n 1, p. 41-66, 2008.

MASIERO, Gilar. **Origem e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas**. In: Revista de economia, São Paulo, 2006.

MENDES, Carmen Amado. **República Popular da China**. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, v. 2, p. 3-29, jan. 2016. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0995-9\\_14](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0995-9_14)>. Acesso em: 19 dez. 2017.

MENDES, Carmen Amado. **A China e a Cooperação Sul-Sul**. In: *Relações Internacionais*, p. 39-46, jun. 2010.

MENEZES, Gustavo Rocha de. **As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

MILANI, Carlos R. S.; CARVALHO, Tassia C. O. **Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano**. *Estudos internacionais*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 11-35, jan./jun. 2013.

MINISTRY OF AGRICULTURE OF CHINA (MOA). *China Focus: China to deepen reform in agricultural sector*, 2017. Disponível em: <[http://english.agri.gov.cn/news/dqnf/201702/t20170206\\_247179.htm](http://english.agri.gov.cn/news/dqnf/201702/t20170206_247179.htm)> Acesso em: 08 ago. 2018.

MOYO, Dambisa F. **O vencedor leva tudo: a corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo**. Tradução Cássio de Arantes Leite, Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MOYO, Dambisa, F. **Dead Aid: Why Aid Makes Things Worse and How There is Another Way for Africa**. London: Penguin Books, 2010.

NAKATANI, Paulo Et al. **A Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo**. In: *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 58 - 73, jan./jun. 2014.

NEW YORK TIMES. **Is China the World's New Colonial Power?**. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/05/02/magazine/is-china-the-worlds-new-colonial-power.html>>. Acesso em: 25 set. 2018.

NONNENBERG, Marcelo J. B. **China: Estabilidade e crescimento econômico**. In: *Revista de Economia Política*, v. 30, n 2, p. 201-218, abril-junho/2010.

OECD (2017), *Economic Outlook for Southeast Asia, China and India 2017: Addressing Energy Challenges*, OECD Publishing, Paris.

OECD/FAO (2016), *Agricultural Outlook 2016-2025*, OECD Publishing, Paris.

OURIQUES, Helton Ricardo. **As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica**. *Carta Internacional*, v. 9, n. 1, p. 19-43, jan./jun. 2014.

PAUTASSO, Diego. **A economia continental chinesa e seu efeito gravitacional**. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19 n. supl.1, p. 45-56, nov. 2011.

PEOPLE'S DAILY ONLINE. **China's African Policy**. Disponível em: <[http://en.people.cn/200601/12/eng20060112\\_234894.html](http://en.people.cn/200601/12/eng20060112_234894.html)>. Acesso em: 30 ago. 2018.

REUTERS. Clinton warns against "new colonialism" in África, 2011. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-clinton-africa-idustre75a0ri20110611>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

RODNEY, Walter. A economia colonial. In: BOAHEN. Albert Adu (org.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010. v.7, cap. 14, p. 377-399.

SARAIVA, José Flavio Sombra. **A África no século XXI – Um ensaio acadêmico**. Brasília: Funag, 2015.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SPIEGEL ONLINE. The New Colonialism Foreign Investors Snap Up African Farmland, 2009. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/world/the-new-colonialism-foreign-investors-snap-up-african-farmland-a-639224.html>>. Acesso em 29 ago. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPUTINIK. Política ferroviária da China provoca acusações de neocolonialismo, 2017. Disponível em: < [https://br.sputniknews.com/oriente\\_medio\\_africa/201706038557979-politica-ferroviaria-da-china-provoca-acusacoes-de-neocolonialismo/](https://br.sputniknews.com/oriente_medio_africa/201706038557979-politica-ferroviaria-da-china-provoca-acusacoes-de-neocolonialismo/)>. Acesso em 29 ago. 2018.

TAYLOR, Ian. **China and Africa: Engagement and compromise**. New York: Routledge, 2006.

TRIGO, Virginia. **Os Empreendedores Chineses e o Processo de Transformação Econômica na China**. In: Cadernos de Estudos Africanos (online), dez. 2007. Disponível em: < <http://cea.revues.org/941>>. Acesso em 08 ago. 2018.

VISENTINI, Paulo G. **A China e a Índia na África: imperialismo asiático ou Cooperação Sul-Sul?** In: Revista Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 48, p.13-28, jul-dez. 2010.

VISENTINI, Paulo G. **“A novíssima China e o Sistema Internacional”**. In: Revista de Sociologia Política, Curitiba, V. 19 n. supl.1, p. 131-141, nov. 2011.

WEN JIABAO. Deepen Result-Oriented Cooperation and Promote Common Development. **Discurso na cerimônia da quarta conferência do Fórum de Cooperação China-África com empresários chineses e africanos**. Pequim, 18 jul. 2012. Disponível em: <[https://www.focac.org/eng/zywx\\_1/zyjh/t952868.htm](https://www.focac.org/eng/zywx_1/zyjh/t952868.htm)> Acesso em: 12 set. de 2018.

WEN JIABAO. Let Us Build on Our Past Achievements and Promote China-Africa Friendly Cooperation on All Fronts. **Discurso na cerimônia de abertura da segunda conferência ministerial do Fórum de Cooperação China-África**. Adis Abeba, 25 set. 2009. Disponível em: <[https://www.focac.org/eng/zywx\\_1/zyjh/t606816.htm](https://www.focac.org/eng/zywx_1/zyjh/t606816.htm)> Acesso em: 29 set. 2018.

WORD BANK (2018), *China Economic Update – may 2018*.

WU, Chenchen. **China's Foreign Policy towards Africa**. The School of Government and International Affairs, Durham University, 2008.

XI JINPING. Texto na íntegra do discurso do presidente chinês Xi Jinping na cerimônia de abertura da Cúpula de Beijing 2018 do FOCAC. Disponível em: <<http://portuguese.people.com.cn/n3/2018/0904/c309806-9497360.html>> Acesso em: 12 set. de 2018.

YANG YOUMING. Speech at the China Africa Agriculture Cooperation and Development Summit by Chinese Ambassador H.E Yang Youming. **Discurso na Cúpula de Cooperação e Desenvolvimento da Agricultura da China**. Lusaka, 06 ago. 2017. Disponível em: <<http://zm.chineseembassy.org/eng/sgxxx/dsjh/t1482810.htm>> Acesso em: 02 out. 2018

YING, Zhao. **Desafios da China: Desenvolvimento Econômico e Poluição Ambiental**. In: B. Belluci, Abrindo os Olhos para a China, Rio de Janeiro: Editora Universitária Candido Mendes, 2004.

ZHAI JUN. Broad Prospects for the New Type of China-Africa Strategic Partnership. **Discurso no Fórum Lating da quinta conferência ministerial do Fórum de Cooperação China-África**. Pequim, 12 jul. 2012. Disponível em: <[https://www.focac.org/eng/zywx\\_1/zyjh/t951074.htm](https://www.focac.org/eng/zywx_1/zyjh/t951074.htm)> Acesso em: 12 set. de 2018.

ZHU RONGI. Strengthen Solidarity, Enhance Co-operation and Pursue Common Development. **Discurso na cerimônia da terceira conferência ministerial do Fórum de Cooperação China-África**. Pequim, 12 out. 2000. Disponível em: <[https://www.focac.org/eng/zywx\\_1/zyjh/t606810.htm](https://www.focac.org/eng/zywx_1/zyjh/t606810.htm)> Acesso em: 29 set. 2018.